



215

julho 2014

Carta Mensal
INTAL

Publicação Eletrônica Mensal



Banco Interamericano de Desenvolvimento





Tabela de conteúdos

Coluna de Análise

Aliança do Pacífico e Mercosul: perfis de comércio	7
--	---

Blocos de Integração

Aliança do Pacífico

Resultados da 9ª Cúpula da Aliança do Pacífico	17
--	----

Caribe

Caricom aprova seu primeiro Plano Estratégico	19
---	----

América Central

Agenda ativa da integração centro-americana	21
---	----

Nicarágua negocia preferências tarifárias com Equador	23
---	----

Comunidade Andina

Colômbia apoia o desenvolvimento de suas fronteiras	24
---	----

Mercosul

Cúpula do Mercosul no dia 29 de julho	25
---	----

Avanços e significado da adesão da Bolívia ao Mercosul	26
--	----

Brasil: Novas medidas de promoção industrial	31
--	----

Novo diretor da Secretaria do Mercosul	33
--	----

UNASUL

Ações do Cosiplan avançam no âmbito do Plano de Trabalho 2014	34
--	----

Panorama Regional e Global

Quinta rodada de negociações do Acordo de Associação Econômica Integral Regional (RCEP)	41
--	----

Começam negociações sobre bens ambientais	42
---	----

Acordo Transatlântico: 6ª rodada de negociação	43
--	----

Brics fazem a 6ª Cúpula	44
-------------------------------	----

Setor de Integração e Comércio

Observatório Instrumentos Jurídicos de Integração (IJI)	47
---	----

Outras Atividades do BID

Aumentan remesas a Centroamérica y el Caribe; caen a México y Sudamérica	51
---	----

Foro de alto nivel sobre Fondos de Inversión Climática comienza hoy	52
--	----

BID e Universidade EARTH lançam convocatória para jovens inovadores com ideias de projetos em mudança climática 53

Centro de Documentação INTAL

Resenhas Bibliográficas

CADOT, O.; MELO, J. de. (2014). Aid for Trade: What Have We Learnt? Which Way Ahead? London: CEPR, June 2014. 141 p. 57

Alerta Bibliográfico

..... 59

Bibliografias em destaque do mês

*Drzeniek Hanouz, M., ed.; Geiger, T., ed. y Doherty, S., ed. (2014). The Global Enabling Trade Report 2014. Geneva: WEF. 60

*World Investment Report 2014 : Investing in the SDGs: An Action Plan. (2014). New York: UNCTAD. 62

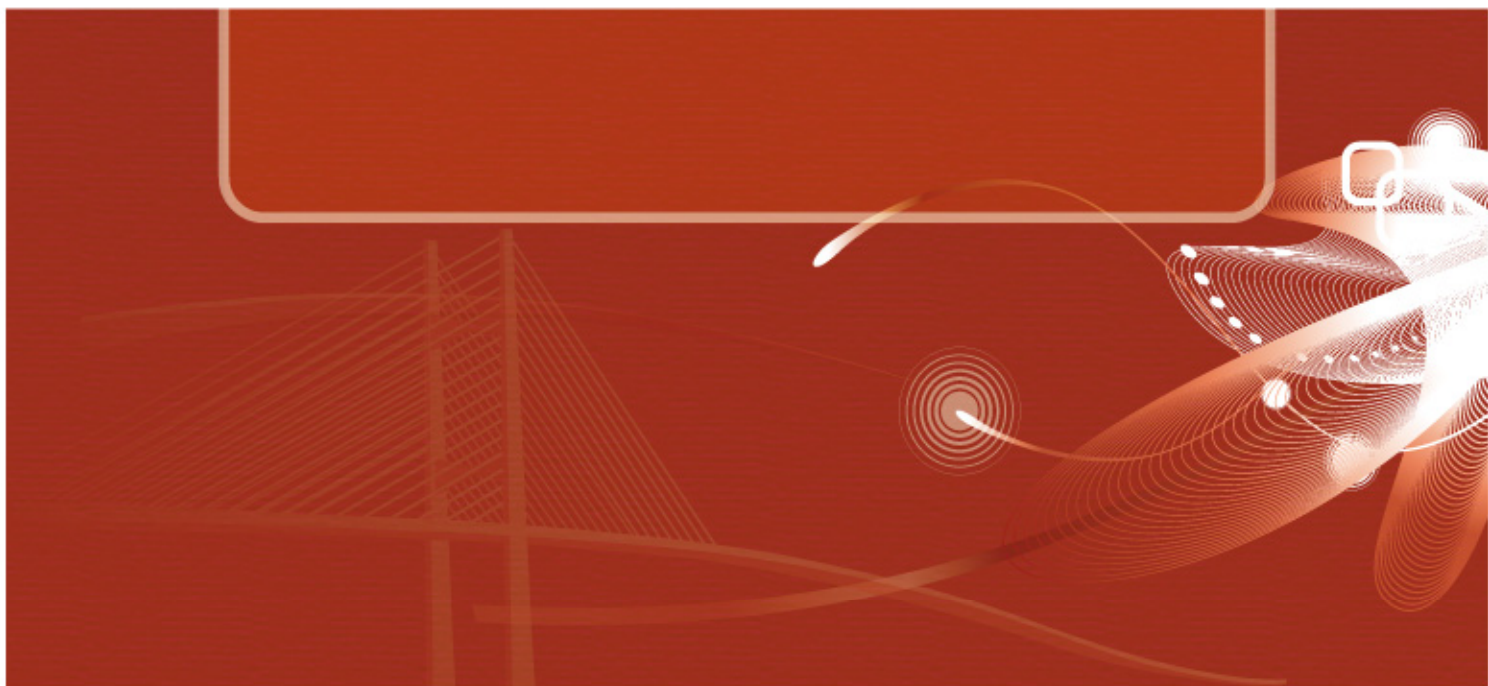
*Organización Mundial del Comercio, OMC. (2014). Annual Report 2014. Ginebra: OMC. 64

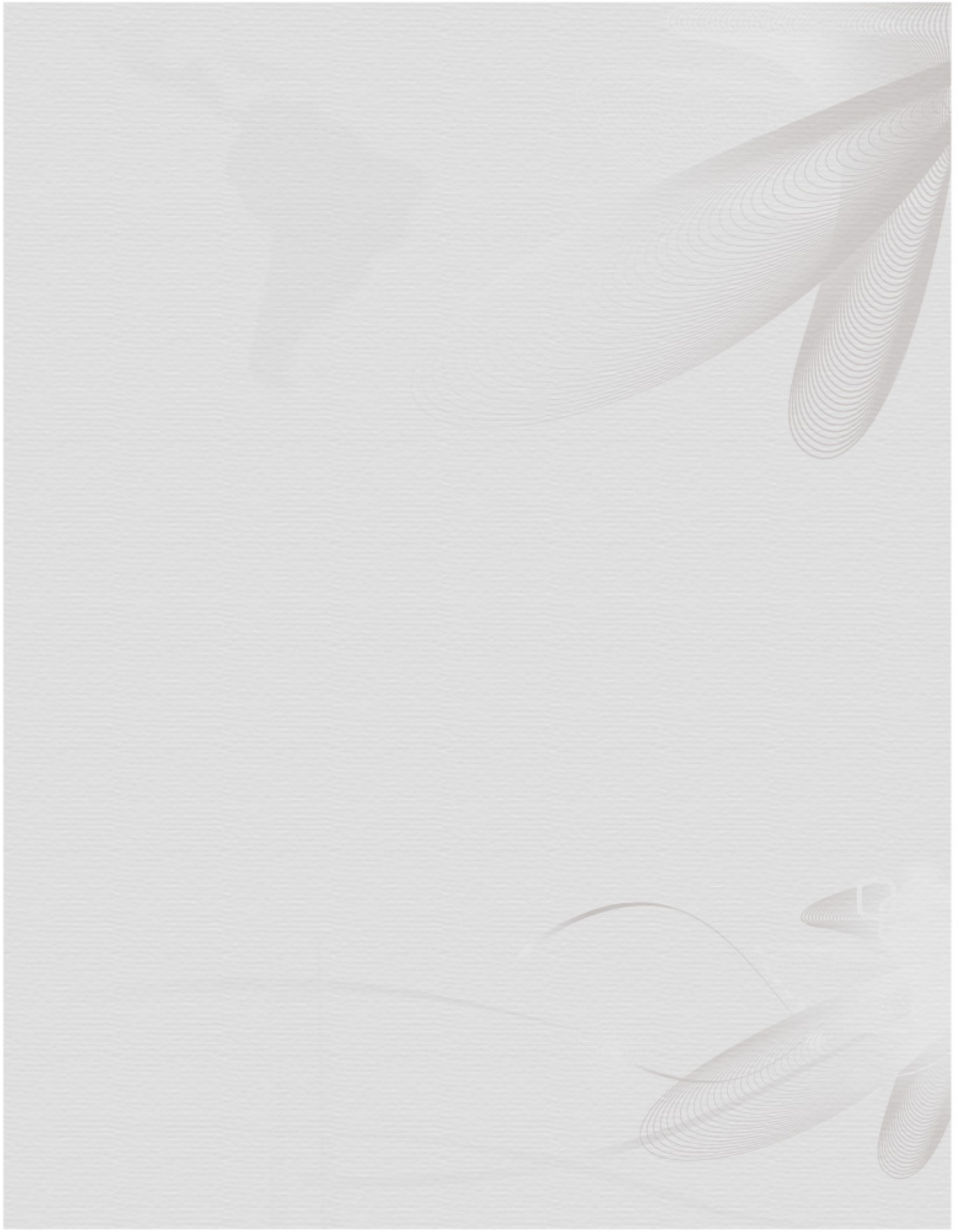
Redação

..... 65



Coluna de Análise





Aliança do Pacífico e Mercosul: perfis de comércio

No âmbito da [mais recente cúpula da Aliança do Pacífico](#) (AP), os membros acordaram realizar uma reunião ministerial informativa com os representantes dos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul).[1] A aproximação ganha relevância considerando a magnitude das economias envolvidas: a AP e o Mercosul são os maiores processos de integração da América Latina e do Caribe (ALC). Em conjunto, os dois blocos representam cerca de 80% da população da região e 90% das exportações, das importações e do IED recebido. De qualquer forma, convém sempre levar em conta que esses números são determinados pela participação do Brasil e do México, as maiores economias da região nesses acordos.

Este texto tem como objetivo apresentar as principais características do comércio da AP e do Mercosul.

Quem são os sócios extrarregionais da AP e do Mercosul?

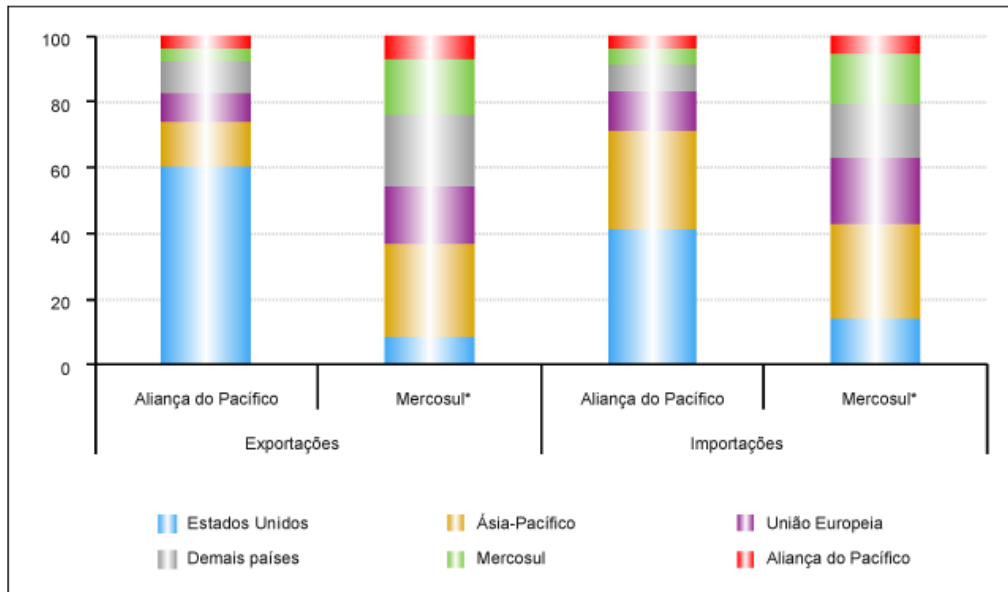
Os Estados Unidos são o principal sócio dos países da AP, com os quais têm tratados de livre comércio (TLC) de caráter bilateral (Gráfico 1). O peso relativo dos Estados Unidos nos fluxos comerciais da AP tem um desvio provocado pelo intenso vínculo com o México, derivado das várias condições que favorecem o intercâmbio entre os dois países, tais como a vantagem comparativa do México na produção trabalho-intensiva, a proximidade geográfica e o próprio Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN). No entanto, os Estados Unidos também são o primeiro sócio comercial da Colômbia e o segundo do Chile e do Peru.

Em contraste, para o Mercosul os Estados Unidos têm menor importância relativa, exceto no caso da Venezuela, para a qual representa um quinto do comércio total. Isso está relacionado com a escassa complementaridade entre as outras economias que integram o Mercosul e a dos Estados Unidos. Muitas das produções em que as primeiras apresentam uma alta produtividade também são significativas na economia norte-americana, especialmente as atividades agropecuárias.

Para o Mercosul, a região de maior relevância para o intercâmbio é a Ásia-Pacífico, destacando-se a China, economia com a qual foram desenvolvidos vínculos complementares importantes durante a última década. A Ásia-Pacífico também é importante para dois sócios da AP: esse destino absorve a metade das vendas externas chilenas e quase um terço das peruanas, das quais participam de forma relevante minérios e metais.

Gráfico 1. AP e Mercosul: Composição geográfica do comércio

Como % do total. Dados de 2013.



Obs.: * Não inclui a Venezuela como país informante por falta de dados isolados por sócio comercial. Fonte: Elaboração própria com dados do Dataintal.

A União Europeia (UE) tem uma participação maior nos fluxos totais do Mercosul que nos da AP, apesar de os países desta última contarem com acordos de associação com o bloco europeu – o Chile e o México há mais de uma década e a Colômbia e o Peru mais recentemente. Espera-se que o Mercosul e a UE troquem propostas durante os próximos meses com o objetivo de avançar na negociação de um acordo birregional.[2]

Como são os fluxos comerciais entre os países da AP e do Mercosul?

Uma característica comum aos dois acordos latino-americanos é que eles apresentam níveis de comércio intrarregional baixos (Quadro 1); isto contrasta com outros esquemas de integração como, por exemplo, a UE onde cerca de dois terços do comércio são realizados dentro das fronteiras do acordo. Esta condição não surpreende se for considerado que as respectivas especializações internacionais desses países os vinculam intensamente com sócios extrarregionais, como já foi mencionado.

No caso da AP, o México é o país onde o vínculo comercial com os próprios sócios do acordo é de menor intensidade; para os outros integrantes, a própria AP absorve apenas entre 5% e 7% das exportações e representa entre 8% e 13% das importações. A baixa intensidade dos fluxos comerciais entre esses países responde à escassa complementaridade decorrente da semelhança da especialização exportadora (na qual predominam os metais e combustíveis destinados aos demais países do mundo), e ao mencionado vínculo do México com os Estados Unidos.

No Mercosul, o próprio mercado regional é um pouco mais relevante do que na AP. Assim, as exportações dentro do acordo (sem considerar a Venezuela) representam entre 12% (Brasil) e 45% (Paraguai) do total; e as cifras das importações são similares.[3] Cabe notar que o Mercosul é o principal sócio comercial para a Argentina, o Paraguai e o Uruguai.

Um aspecto bastante impressionante é que para a AP o comércio com os países do Mercosul tem uma relevância maior do que o próprio comércio dentro do acordo, tanto para as exportações quanto para as importações. Além disso, a AP é um sócio comercial não marginal para os países do Mercosul, com exceção da Venezuela.

Quadro 1. Participação da AP e do Mercosul nas exportações e importações totais dos países-membros

Em %. Dados de 2013

Bloco / País		Exportações			Importações		
		Mercosul	Demais países	AP	Mercosul	Demais países	
AP	Chile	5,3%	8,6%	86,1%	8,1%	14,1%	77,8%
	Colômbia	6,3%	7,3%	86,3%	13,3%	8,5%	78,2%
	México	2,3%	2,6%	95,1%	0,8%	1,6%	97,6%
	Peru	7,2%	6,7%	86,1%	10,7%	10,1%	79,2%
Mercosul	Argentina	10,4%	28,0%	61,6%	5,2%	28,4%	66,4%
	Brasil	5,6%	12,2%	82,2%	5,6%	8,8%	85,6%
	Paraguai	10,0%	45,3%	44,7%	2,9%	42,0%	55,1%
	Uruguai	4,6%	30,7%	64,7%	4,3%	35,6%	60,1%
	Venezuela	0,9%	1,9%	97,2%	9,2%	12,1%	78,8%

Fonte: Elaboração própria com dados do Dataintal e do BCV.

Conteúdo tecnológico das exportações destinadas aos sócios da AP e do Mercosul

As exportações dos países da AP e do Mercosul se concentram em recursos naturais, tanto primários quanto processados (Quadro 2), refletindo as vantagens comparativas da região.[4] A exceção é o México, cujas vendas são compostas principalmente por manufaturas de conteúdo tecnológico médio, no âmbito de um processo de integração produtiva principalmente com os Estados Unidos, país com o qual registra fluxos significativos de comércio intraindustrial (também chamado de mão dupla).[5]

Agora, deve se destacar que tanto na AP quanto no Mercosul as exportações intra e interbloco apresentam uma maior participação de bens manufaturados em comparação com os envios para os demais países do mundo, nos quais predominam os recursos naturais (Quadro 2).

Quadro 2. AP e Mercosul: Composição das exportações segundo conteúdo tecnológico segundo destino

Como % do total exportado por subgrupo para cada destino selecionado. Dados de 2013.

Origem	Conteúdo tecnológico	Destino			
		AP	Mercosul	Demais países	Total
Aliança do Pacífico (excl. México)	Recursos naturais (primários e processados)	56,3	61,3	81,2	78,1
	Manufaturas de baixo conteúdo tecnológico	12,2	10,9	2,5	3,8
	Manufaturas de conteúdo tecnológico médio	20,1	18,9	3,1	5,3
	Manufaturas de alto conteúdo tecnológico	3,1	2,2	0,6	0,9
	Outros	8,4	6,6	12,6	11,9
	<i>Total</i>		<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
México	Recursos naturais (primários e processados)	14,2	14,9	23,5	23,0
	Manufaturas de baixo conteúdo tecnológico	12,1	7,0	9,1	9,1
	Manufaturas de baixo conteúdo tecnológico	58,9	64,8	45,3	46,1
	Manufaturas	8,5	11,5	17,9	17,5

	de alto conteúdo tecnológico				
	Outros	6,3	1,8	4,3	4,3
	<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
Mercosul (excl. Brasil)	Recursos naturais (primários e processados)	66,0	36,1	84,3	75,4
	Manufaturas de baixo conteúdo tecnológico	5,1	5,9	1,3	2,3
	Manufaturas de conteúdo tecnológico médio	21,9	41,7	4,6	11,6
	Manufaturas de alto conteúdo tecnológico	5,1	3,6	0,8	1,5
	Outros	1,9	12,6	8,9	9,1
	<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
	Brasil	Recursos naturais (primários e processados)	32,6	27,1	72,1
Manufaturas de baixo conteúdo tecnológico		10,4	9,6	4,2	5,2
Manufaturas de conteúdo tecnológico médio		49,7	53,8	14,3	21,1
Manufaturas de alto conteúdo tecnológico		6,9	6,3	3,8	4,3
Outros		0,4	3,1	5,7	5,1
<i>Total</i>		<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Obs.: Classificação utilizada por Lall (2000). Fonte: Elaboração própria com base em dados do Dataintal.

Mercosul

Em particular, a metade das vendas das economias do Mercosul – excluindo o Brasil – para o restante do bloco é composta por manufaturas, na sua maior parte de conteúdo tecnológico médio como as do setor automotivo e alguns produtos químicos.[6] Os envios de recursos naturais (primários e processados) se concentram principalmente em trigo, lácteos, petróleo e soja. No caso do Brasil, a participação das manufaturas nas exportações totais para o Mercosul é de cerca de 70% (Quadro 2). Dentro do Mercosul existem fluxos de comércio intraindustrial significativos, levando em conta a estrutura produtiva desses países, destacando-se os casos de Argentina-Brasil e, em menor grau, do Uruguai com esses dois países em nível bilateral.[7]

Aliança do Pacífico

Em contraste, os envios intrarregionais dos países da AP (exceto o México) são compostos em sua maioria por recursos naturais (primários e processados) como petróleo, carvão mineral e cobre. Entre as manufaturas que têm certa relevância no comércio intrarregional encontram-se as de conteúdo tecnológico médio, como alguns produtos químicos e os carros para transporte de passageiros; e as de conteúdo tecnológico baixo, como têxteis, manufaturas de ferro ou aço e plásticos. Também na AP se registram fluxos de comércio intraindustrial – por exemplo, entre a Colômbia e o Peru –, embora com menor intensidade que no Mercosul.[8]

Intercâmbio entre acordos

O Brasil se diferencia pela alta participação das manufaturas de conteúdo tecnológico médio nas exportações para a AP. Este item também é relevante nas vendas dos países restantes do Mercosul para a AP (um quinto do total), mas fica atrás dos recursos naturais primários e processados (milho, soja e seus derivados, petróleo e carne bovina), que constituem dois terços do total. Por sua vez, a metade das vendas da AP (excluindo o México) para o Mercosul corresponde a recursos naturais (primários e processados) como cobre e seus derivados, petróleo e gás, pescados e carvão mineral. Entre as demais exportações destacam-se as manufaturas de conteúdo tecnológico médio (plásticos, cosméticos e carros), que representam cerca de 20% do total destinado a esse bloco.

No caso do México, um terço das vendas totais para o Mercosul corresponde ao setor automotivo, favorecido pelo [Acordo de Complementação Econômica \(ACE\) Nº 55](#) estabelecido entre o México e o bloco sul-americano para os produtos dessa indústria.

Algumas reflexões

A aproximação entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul poderia constituir um fato de grande relevância para a integração da ALC, já que estreitaria o diálogo e a cooperação entre os blocos mais importantes da região em termos econômicos e comerciais, entre os quais já existem numerosos acordos.

As frações do comércio total realizadas entre os próprios sócios e entre os dois blocos são um espaço em que um trabalho conjunto de negociação pode atuar positivamente – por exemplo, melhorando aspectos da política comercial, tais como acordos sobre as regras de origem que favoreçam a integração e as cadeias produtivas.

Além disso, um espaço de cooperação entre os dois acordos motivaria a consolidação e o aumento de fluxos recíprocos de investimento, e também o desenvolvimento de políticas de mútuo benefício em áreas como a facilitação comercial, a integração física (uma tarefa pendente com potenciais repercussões positivas sobre o comércio), a inovação tecnológica, os fluxos de pessoas e o intercâmbio cultural.

Bibliografia:

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO-INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (BID-INTAL). [“As negociações e os acordos de associação entre a América Latina e o Caribe e a UE”](#), em: *Carta Mensal INTAL Nº 165*. Buenos Aires. Maio de 2010.

----- [“Aliança do Pacífico quer diálogo com Mercosul”](#) em: *Carta Mensal INTAL Nº 214*. Buenos Aires. Junho de 2014.

GAYÁ, Romina; MICHALCZEWSKY, Kathia. [El salto exportador del MERCOSUR en 2003-2008. Más allá del boom de las materias primas](#). IDB-TN-292. Buenos Aires: BID-INTAL, 2011.

----- [El comercio intrarregional sudamericano: patrón exportador y flujos intraindustriales](#). IDB-TN-583. Buenos Aires: BID-INTAL, 2014.

LALL, Sanjaya. [Desempeño de las exportaciones, modernización tecnológica y estrategias en materia de IED en las economías de reciente industrialización de Asia, con especial referencia a Singapur](#). Serie de Desarrollo Productivo Nº 88. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

[1] Este texto foi escrito pelas consultoras Romina Gayá e Kathia Michalczewsky.

[2] Veja mais em BID-INTAL (2010).

[3] As elevadas cifras de comércio intra-acordo do Paraguai se explicam em grande parte pelo comércio de trânsito com seus sócios do Mercosul (devido à condição mediterrânea do país) e a dificuldade estatística para estabelecer a origem e o destino final dos fluxos.

[4] A análise foi realizada seguindo a classificação de Lall (2000).

[5] O comércio intraindustrial é aquele em que se trocam produtos pertencentes a um mesmo setor (ex. um país exporta para o seu sócio automóveis de luxo e importa dele automóveis de valor médio). Este tipo de intercâmbio se diferencia do interindustrial, em que se comercializam produtos de diversos setores.

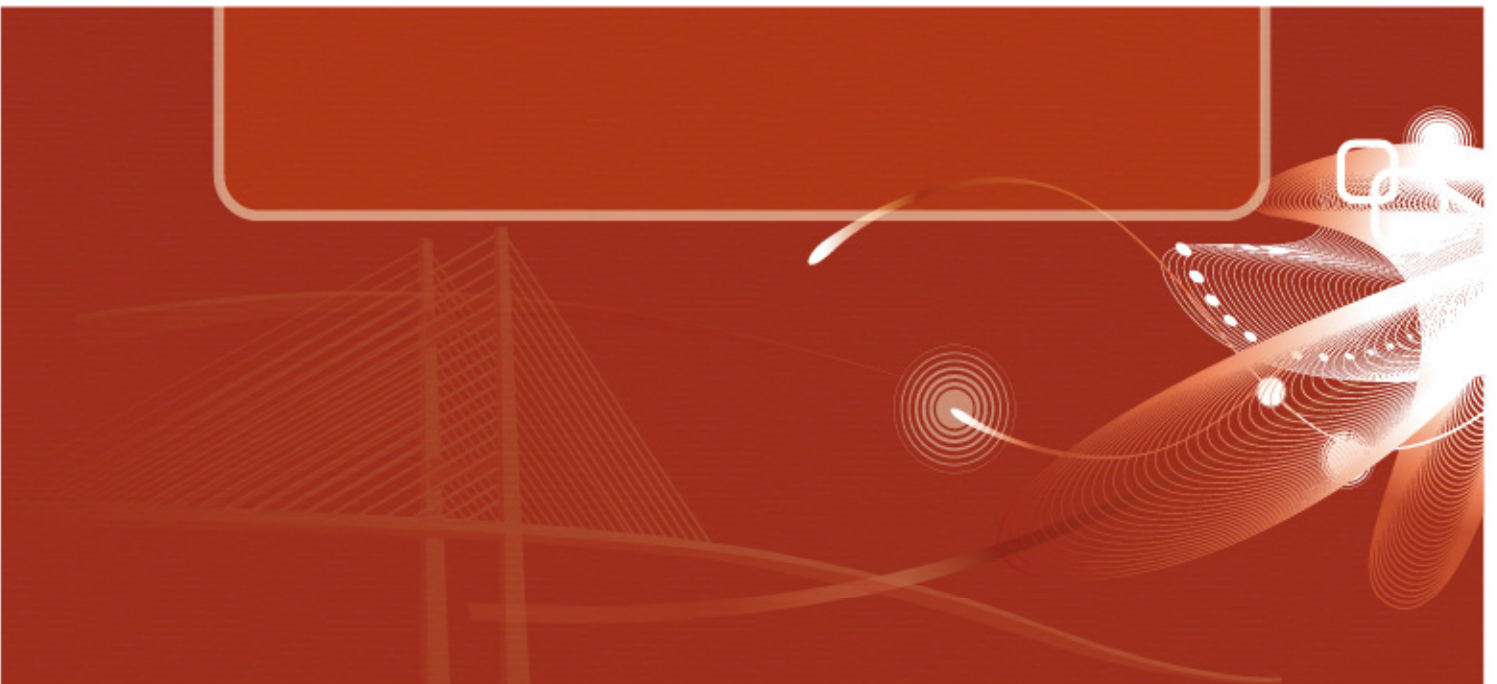
[6] No entanto, é preciso mencionar que, no caso específico dos veículos para o transporte de pessoas e mercadorias, as exportações são quase em sua totalidade originárias da Argentina e com destino ao Brasil. As pequenas economias do Mercosul vendem para seus sócios regionais produtos baseados em recursos naturais.

[7] Veja Gayá e Michalczewsky (2014).

[8] Veja Gayá e Michalczewsky (2014).



Blocos de Integração







Aliança do Pacífico

Resultados da 9ª Cúpula da Aliança do Pacífico

A 9ª Cúpula da Aliança do Pacífico (AP), realizada em junho em Punta Mita, México, teve alguns resultados relevantes em termos dos objetivos do processo: livre mobilidade de bens e serviços, capitais e pessoas.[1]

Em primeiro lugar, os países-membros trabalharão em conjunto com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE) para a adoção de políticas que impulsionem a competitividade e internacionalização das Pequenas e Médias Empresas, assim como a promoção de suas exportações e sua incorporação às cadeias globais de valor.

Em segundo lugar, a Bolsa Mexicana de Valores vai entrar no Mercado Integrado Latino-Americano (Mila) durante o quarto trimestre de 2014, depois da formalização dos mecanismos necessários para operar com as bolsas dos países da AP. Cabe ressaltar que, com a incorporação do México, a capitalização de bolsa do Mila atingirá um nível semelhante ao da Bolsa de Valores do Brasil (US\$ 1,061 trilhão e US\$ 1,047 trilhão, respectivamente, segundo dados de maio de 2014, FIAB).[2]

Terceiro, os países da AP estão avançando na “Plataforma de Intercâmbio de Informação Imediata para a Segurança Migratória da AP” para facilitar a mobilidade de pessoas entre eles por meio do intercâmbio de informações em tempo real. Além disso, lançaram o “Acordo Interinstitucional para um Programa de Férias e Trabalho”, para que jovens entre 18 e 30 anos possam entrar com um visto com objetivo recreativo e com atividades remuneradas durante um período de até um ano nos países-membros da AP; como também o “[Programa de Bolsas da AP](#)” para favorecer a mobilidade acadêmica e estudantil.

Os ministros da AP e do Mercosul realizarão uma reunião de caráter informativo no final de julho em Cartagena das Índias, Colômbia.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. [Processo de integração das bolsas do Chile, Colômbia e Peru](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 172*, dezembro de 2010.
- BID-INTAL. [Aliança do Pacífico: Acordos para a integração comercial e financeira](#), em: *Carta Mensal INTAL N°205*, setembro de 2013.
- BID-INTAL. [Aliança do Pacífico quer diálogo com Mercosul](#), em: *Carta Mensal INTAL N°214*, junho de 2014.

[1] Veja a Declaração de Punta Mita em BID-INTAL (2014).

[2] Veja BID-INTAL (2013) e Federação Iberoamericana de Bolsas (FIAB). “Informe estadístico mensual”, maio de 2014.

Caricom aprova seu primeiro Plano Estratégico

De 1º a 4 de julho foi realizada a 35ª Reunião de Chefes de Estado da Caricom, em Antígua e Barbuda. O eixo central da reunião foi a aprovação da versão preliminar do [Primeiro Plano Estratégico](#) para o organismo, projetado para o período 2015-2019. Seu objetivo é reposicionar a Caricom, fazendo ajustes para enfrentar os novos desafios e as mudanças do contexto internacional, e o documento reconhece oito prioridades estratégicas para esses anos:

1. Construir *resiliência* econômica face às dificuldades do contexto internacional e conseguir um crescimento robusto.
2. Melhorar as condições de vida dos habitantes mediante aumentos na qualidade da educação e da saúde e reduções nos níveis de pobreza.
3. Diminuir a vulnerabilidade aos riscos e efeitos das mudanças climáticas.
4. Promover tecnologia e inovações na economia.
5. Fortalecer a identidade e o espírito comunitário da Caricom.
6. Fortalecer a governabilidade da Caricom e conseguir uma implementação bem-sucedida de sua agenda regional.
7. Coordenar a política exterior.
8. Fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação.

No [discurso de encerramento](#) da Cúpula advogou-se por uma maior integração que favoreça a inovação, a produtividade e o crescimento dos países. Além disso, foi destacada a importância de um ambiente macroeconômico estável como trampolim para a agenda de crescimento da Comunidade. A fim de mobilizar recursos para a região, os Chefes de Governo acordaram buscar fontes não tradicionais de financiamento e a promoção de parcerias público-privadas. Entre outras questões, no encontro foram tratadas posições comuns com vistas à terceira Conferência Internacional de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento que será realizada de 1º a 4 de setembro em Samoa.





América Central

Agenda ativa da integração centro-americana


Durante o mês de junho foram realizadas diversas reuniões em distintos âmbitos da institucionalidade do esquema de integração da América Central.

De 24 a 27 de junho realizou-se a 43ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Sistema de Integração Centro-Americano (Sica) - o órgão máximo de decisão do bloco - em Punta Cana, República Dominicana.

Entre os temas mais importantes incluídos na [Declaração de Punta Cana](#) se encontra o pedido por parte dos Chefes de Estado às autoridades da região e nacionais de apresentar uma proposta para homologar os trâmites fronteiriços e facilitar o comércio intra e extrarregional.

Além disso, instaram o Conselho de Ministros de Integração Econômica (Comieco) a elaborar uma estratégia de facilitação do comércio com ênfase na coordenação de fronteiras do corredor logístico centro-americano. No encontro [a salvadorenha Victoria Marina de Avilés foi designada nova secretária-geral do Sica](#). Avilés substituirá Hugo Martínez – que se tornou chanceler do novo governo de El Salvador - pelo tempo restante do período de quatro anos para o qual ele havia sido designado em julho de 2013.

Quanto às questões de integração dentro da região, em junho também foi realizada a [2ª Reunião de secretarias e instituições do subsistema econômico centro-americano](#) na Guatemala. A incorporação de Belize e da República Dominicana ao subsistema foi uma das questões centrais do encontro.



Foi realizada a [3ª Rodada de União Alfandegária Centro-Americana](#) em San Pedro Sula, Honduras, de 23 a 27 de junho, em que o Comieco também manteve sessão. Os [avanços apresentados no primeiro semestre do ano, a cargo da presidência pro tempore de Honduras](#), se centraram na implementação do Protocolo de Incorporação do Panamá ao Subsistema de Integração Econômica. Além disso, foi acordada a incorporação do tema energético como discussão permanente na agenda do Conselho e foram aprovados quatro novos regulamentos técnicos que permitem regras comuns e mais claras para a comercialização dos produtos em toda a região. A respeito deste tema, no [encontro realizado entre a Secretaria de Integração Econômica Centro-Americana \(Sieca\) e a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana \(SE-Comisca\)](#) avançou-se na proposta de procedimento para permitir uma maior coordenação e eficiência na elaboração dos Regulamentos Técnicos centro-americanos (RTCA) relacionados com a Agenda Sanitária Regional.

No segundo semestre, o Sieca estará a cargo do governo da Nicarágua que trabalhará, entre outras coisas, na iniciativa de tornar mais competitivos os preços da energia em nível regional. Em função da solicitação apresentada na Cúpula de Chefes de Estado, os ministros destacaram a importância de impulsionar medidas de facilitação do comércio no istmo.

No âmbito das relações comerciais extrarregionais, o evento mais importante foi a realização da [1ª Reunião do Conselho de Associação](#), órgão responsável pela supervisão do cumprimento dos objetivos e da aplicação do pilar comercial do Acordo de Associação entre a América Central e a União Europeia que entrou em vigor em 2013.

Nicarágua negocia preferências tarifárias com Equador

A partir da oficialização da incorporação da Nicarágua à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), este país vem negociando com os demais membros as preferências tarifárias a serem estabelecidas de forma bilateral, no âmbito da sua adesão ao Tratado de Montevideu 1980. Recentemente foram concluídas as negociações entre o Equador e a Nicarágua para compor as listas de produtos que entrarão no mercado da contraparte livres de tarifas.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[Nicarágua entra para a ALADI](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°188*, abril de 2012.
- BID-INTAL. “[Nicarágua avança na integração comercial com a região](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°212*, abril de 2014.



Comunidade Andina

Colômbia apoia o desenvolvimento de suas fronteiras

No dia 2 de julho passado foi implementada a Comissão Intersetorial para o Desenvolvimento e a Integração das Fronteiras, como âmbito de coordenação e decisão das políticas para a convergência nacional e o desenvolvimento fronteiriço na Colômbia. O objetivo da comissão é fortalecer a institucionalidade, tanto em nível nacional quanto territorial, para a gestão do desenvolvimento e a integração dos municípios colombianos em zonas de fronteira, atendendo as necessidades e características específicas dos mesmos.

A iniciativa faz parte do conjunto de medidas anunciadas no documento do Conselho Nacional de Política Econômica e Social (Compes) “Prosperidade para as Fronteiras da Colômbia”, de maio passado. O documento contém as bases para a implementação de uma política pública mais incluyente, sustentável e segura com relação a fronteiras. Para isso, prevê recursos de aproximadamente US\$ 1,8 milhão para as regiões e define vários programas setoriais para beneficiar as comunidades de fronteira.

A gestão e o desenvolvimento das fronteiras é um tema central para o desenvolvimento socioeconômico dos países da América Latina. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vem apoiando a integração fronteiriça na região com operações em [Costa Rica-Panamá](#), o apoio à integração virtual na fronteira de El Amatillo, o apoio à [Gestão Integral de Fronteiras](#) e os empréstimos em programação na Costa Rica, Colômbia, Equador e Panamá.

Além disso, cabe destacar que a próxima edição da *Revista Integración & Comercio* 38 do BID-INTAL, a ser publicada em agosto de 2014, estará centrada no tema de *Apoio à Integração e Facilitação Comercial em Fronteiras*. Será recopilado um conjunto de artigos acadêmicos e entrevistas com especialistas renomados na área de gestão de fronteiras e facilitação comercial.

É possível ter acesso a números anteriores da *Revista* por meio do seguinte [link](#).



Mercosul

Cúpula do Mercosul no dia 29 de julho

A Cúpula de Chefas e Chefes de Estado do Mercosul será realizada no próximo dia 29 de julho em Caracas, Venezuela, segundo informou o [Ministério das Relações Exteriores do Paraguai](#). Será o primeiro encontro de presidentes do bloco desde junho de 2013, já que a Cúpula prevista para dezembro passado foi adiada várias vezes.

Avanços e significado da adesão da Bolívia ao Mercosul

No último mês houve progressos no processo de incorporação da Bolívia ao Mercosul.[1] Por um lado, o Protocolo de Adesão da Bolívia ao bloco, assinado em dezembro de 2012, foi ratificado pela [Argentina](#), enquanto o [Uruguai](#) promulgou a lei que faz o mesmo nesse país. Por outro lado, o [Paraguai](#) manifestou sua intenção de avançar nesse sentido, e iniciará negociações com o governo da Bolívia, já que o ingresso desse país foi acordado quando o Paraguai estava suspenso do bloco. Até o momento, a Bolívia é um estado associado ao bloco. Tornando-se estado-membro, participará do Mercosul com todos os direitos e todas as obrigações dos demais países.

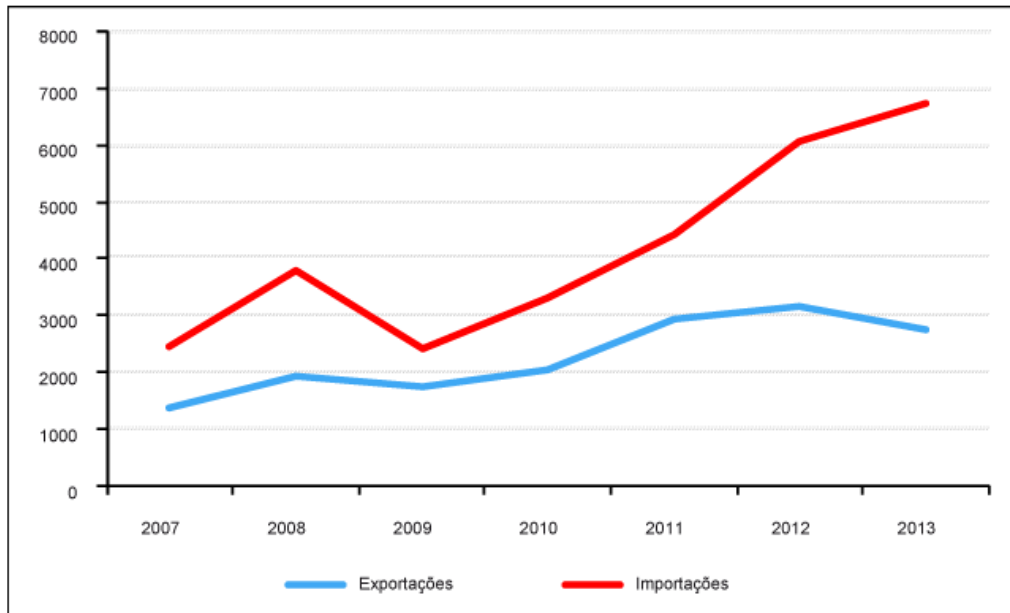
Para que a ampliação se concretize, o Protocolo deve ser ratificado por todos os membros (ainda faltam o Brasil e o Paraguai). Além disso, a Bolívia deverá ajustar sua nomenclatura, estrutura tarifária e regime de origem aos do bloco, assim como incorporar o acervo normativo em um prazo de quatro anos. Para avançar nesses temas foi criado um [grupo de trabalho](#) que realizou a sua primeira reunião em junho de 2013.

Evolução e composição do comércio Mercosul-Bolívia

Desde que a negociação para a incorporação da Bolívia teve início, em 2007, o intercâmbio do Mercosul com esse sócio cresceu a um ritmo anual acumulativo médio de 16,8% (Gráfico 1). Em 2013, o bloco acumulava um déficit de quase US\$ 4 bilhões com a Bolívia, refletindo o saldo negativo das três maiores economias, já que o Paraguai e o Uruguai mostram excedentes no saldo bilateral (Quadro 1).

Gráfico 1. Comércio do Mercosul com a Bolíviaa

US\$ milhões



Obs.: Os dados de exportações (importações) correspondem aos informados pela Bolívia como importações (exportações) de (para) o Mercosul. Fonte: DataIntal.

Quadro 1. Comércio dos países do Mercosul com Bolíviaa US\$ milhões.
Dados de 2013

	Exportações	Importações	Saldo
Argentina	1.020	2.509	-1.489
Brasil	1.599	4.031	-2.431
Paraguai	79	39	40
Uruguai	36	7	29
Venezuela	16	143	-127
Mercosul	2.749	6.729	-3.979

Obs.: Os dados de exportações (importações) correspondem aos informados pela Bolívia como importações (exportações) de (para) o Mercosul. Fonte: DataIntal.

O Mercosul é um sócio comercial de grande relevância para a Bolívia: absorve 55,1% das suas exportações e é a origem de 29,4% das importações do país. Mas o peso relativo do país andino no comércio do bloco é baixo: em 2012 representava 0,6% das exportações e 1,4% das importações. No entanto, a Bolívia é um sócio estratégico em termos energéticos: é o principal fornecedor de gás natural do bloco, produto que representa 90,9% das importações do Mercosul oriundas desse país (Quadro 1). O intercâmbio de gás natural é realizado no âmbito de acordos intergovernamentais em que se estabelecem os preços e as quantidades, seguindo assim uma prática habitual na compra-venda internacional desse insumo energético.

Quadro 2. Composição do comércio dos países do Mercosul com a Bolívia

Em % do total. Dados de 2013

Produto	Participação
Exportações	
Óleos de petróleo	15,2%
Barras de ferro	5,6%
Inseticidas, raticidas, fungicidas, herbicidas	4,7%
Polímeros de etileno em formas primárias	2,1%
Extrato de malte; preparações alimentícias	2,0%
Escavadeiras frontais ("bulldozers")	1,8%
Outros	68,6%
Importações	
Gás natural	90,9%
Petróleo cru	3,8%
Pellets de soja	1,0%
Outros	4,4%

Obs.: Os dados de exportações (importações) correspondem aos informados pela Bolívia como importações (exportações) de (para) o Mercosul. Fonte: DataIntal.

As vendas do Mercosul para a Bolívia, pelo contrário, são muito mais diversificadas. Destacam-se os óleos de petróleo (15,2% do total), seguidos por barras de ferro (5,6%), entre outros produtos relevantes.

Perspectivas comerciais

Espera-se que o impacto da ampliação em termos comerciais seja positivo embora limitado, dado que o mencionado Protocolo substituirá o Acordo de Complementação Econômica (ACE) Nº 36 e o Acordo de Comércio e Complementaridade Econômica entre a Venezuela e a Bolívia, que já eliminavam restrições ao intercâmbio entre as partes.

O maior impacto viria de questões normativas, especificamente da adoção da Tarifa Externa Comum (TEC) pela Bolívia. Como foi apontado no [Informe MERCOSUL Nº 18](#), em alguns setores existem algumas diferenças relevantes na estrutura tarifária desse país e a do bloco, particularmente nas manufaturas de conteúdo tecnológico médio, em que as alíquotas que oneram as importações bolivianas da extrazona são consideravelmente inferiores às do Mercosul. Isso é especialmente relevante no caso do setor automotivo. Consequentemente, a convergência à TEC por parte do país andino poderia favorecer as exportações industriais do bloco para esse destino.

Textos sobre o assunto:

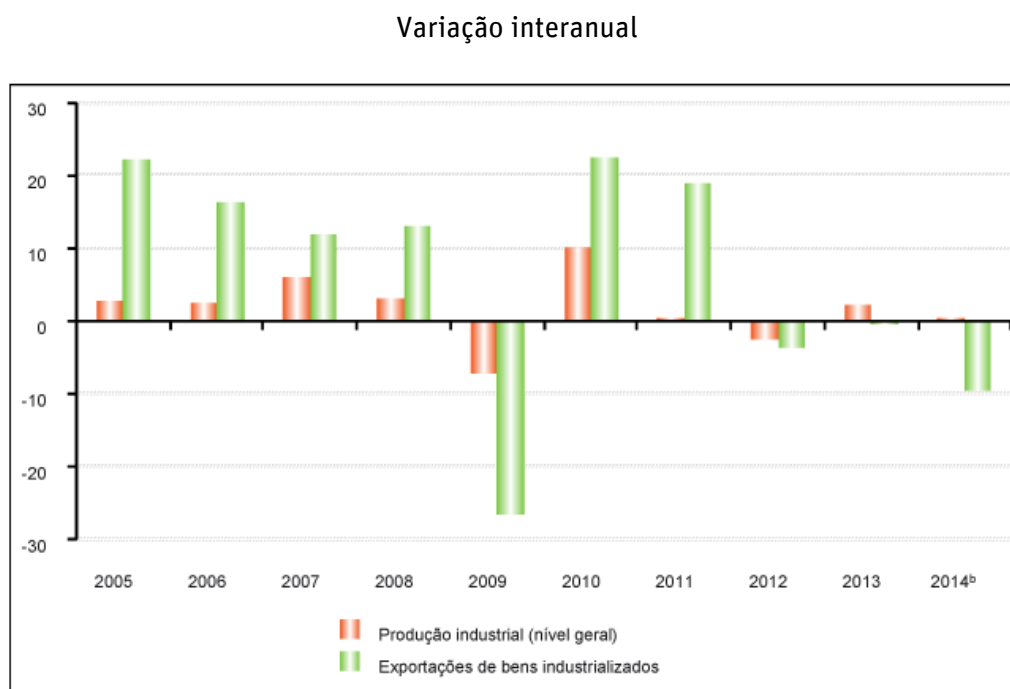
- BID-INTAL. [“Ampliação do Mercosul”](#), em: *Carta Mensal INTAL Nº 196*, dezembro de 2012.
- BID-INTAL. [“Primeira reunião do grupo de trabalho para a adesão da Bolívia ao Mercosul”](#), em: *Carta Mensal INTAL Nº 202*, junho de 2013.

[1] Veja mais sobre o processo de incorporação da Bolívia ao Mercosul e os fluxos comerciais do bloco com esse país no [Informe MERCOSUL Nº 18](#).


Brasil: Novas medidas de promoção industrial

Desde 2011, a indústria brasileira teve um desempenho inferior ao do período anterior à crise e à recuperação de 2010, tanto na produção quanto nas exportações (Gráfico 1). Com o objetivo de melhorar o desempenho do setor, foram implementadas diversas medidas para estimular a competitividade, entre as quais se destaca o [Plano Brasil Maior](#).

Gráfico 1. Indústria brasileira: Produção (quantidade) e exportações (valor)



Obs.: Índice de produção física. Dados de 2014. Produção: jan-abr. Exportações: jan-maio.
Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC e do Ipeadata.



Durante o primeiro quadrimestre de 2014 a atividade manufatureira cresceu apenas 0,4%, enquanto as exportações caíram 9,4% nos primeiros cinco meses, em comparação com o mesmo período do ano passado. Nesse contexto, o Governo Federal recentemente anunciou novas [medidas](#) que têm como objetivos estimular a produtividade e a competitividade, promover a inovação e a modernização, melhorar a inserção nos mercados externos e garantir o emprego e a renda no setor. Entre as medidas destacam-se algumas vinculadas com o comércio exterior. Por um lado, foi restabelecido o Programa Reintegra, pelo qual se reembolsam pagamentos tributários a empresas exportadoras de manufaturas. Por outro lado, estabeleceu-se uma margem de preferência de 25% para todos os fornecedores nacionais de produtos manufaturados e serviços nacionais nas licitações de compras governamentais. Até o momento, a preferência nacional variava entre 8% e 25% de acordo com o setor de atividade. Cabe assinalar que a participação dos fornecedores do Mercosul nas licitações brasileiras em igual condição à das empresas locais é uma das reclamações mais relevantes que a Argentina tem feito ao Brasil nos últimos dois anos. Além disso, decidiu-se estabelecer um esquema de refinanciamento de dívidas tributárias e prorrogar até dezembro de 2015 o Programa de Apoio ao Investimento, por meio do qual o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financia a aquisição de bens de capital e investimentos em inovação tecnológica.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. [“Plano ‘Brasil Maior’ para aumentar a competitividade”](#), em: *Carta Mensal INTAL Nº 180*, agosto de 2011.
- BID-INTAL. [“Políticas ativas em países do Mercosul diante do desaquecimento da economia no mundo”](#), em: *Carta Mensal INTAL Nº 188*, abril de 2012.
- BID-INTAL. [“Medidas comerciais e de estímulo para carros, informática e turismo”](#), em: *Carta Mensal INTAL Nº 194*, outubro de 2012.



Novo diretor da Secretaria do Mercosul

Desde o dia 1º de julho de 2014, o paraguaio [Oscar Pastore](#) é o novo diretor da Secretaria do Mercosul, cargo que exercerá até 30 de junho de 2016.[1]

[1] MERCOSUR/CMC/DEC. Nº 07/14.

Ações do Cosiplan avançam no âmbito do Plano de Trabalho 2014

Nos dias 25 e 26 de junho foram realizadas em Santiago, Chile, a [24ª Reunião de Coordenadores Nacionais do Cosiplan-IIRSA](#) e a [9ª Reunião do Comitê Coordenador do Cosiplan](#) da Unasul. Nos dois encontros, os representantes dos países[1] avaliaram as atividades desenvolvidas no âmbito do Plano de Trabalho 2014 de cada uma das instâncias do Cosiplan, além de revisar e atualizar o calendário de atividades do segundo semestre do ano.

Reunião de Coordenadores Nacionais do Cosiplan-IIRSA

Na primeira reunião,[2] e em relação aos Projetos do Cosiplan, os países acordaram tornar pública no [Sistema de Informação de Projetos \(SIP\)](#) as informações sobre o avanço da [Agenda de Projetos Prioritários de Integração \(API\)](#) que surge do Sistema de Monitoramento Permanente (SMP). Quanto às Metodologias e Ferramentas de Planejamento, destacaram-se as seguintes ações realizadas e em andamento:

- *Programas Territoriais de Integração (PTI)*: A Argentina e o Chile estão fazendo gestões para o desenvolvimento de um PTI na área de influência do projeto “Túnel Binacional de Água Negra”.
- *Metodologia de Avaliação Ambiental e Social com Enfoque Estratégico (Aase)*: Por um lado, está disponível o relatório final da sua aplicação ao projeto API “Transporte Multimodal Laguna Merín-Lagoa dos Patos” entre o Brasil e o Uruguai. Por outro, a Argentina e o Paraguai planejam aplicar a Metodologia na fronteira entre os dois países.
- *Gestão de Riscos e Catástrofes na infraestrutura*: O Chile está coordenando o desenvolvimento do Manual do usuário da metodologia, uma aplicação-piloto e a realização de uma reunião do Grupo Técnico Executivo (GTE) em outubro em Buenos Aires.

Por outra parte, foram apontados os avanços e as futuras ações dos diversos Processos Setoriais:

- *Transporte de Carga e Logística*: Coordenado pelo Peru, será realizado um workshop sobre esse tema em agosto em Lima.
- *Portos*: Será feito um estudo coordenado pelo Brasil sobre possíveis linhas de ação regionais para avançar em integração marítima e fluvial, com ênfase nas hidrovias.
- *Integração aérea*: Estão sendo desenvolvidos o Estudo de Caso de Terminais de Carga Aérea em Aeroportos de Países-Membros da Unasul e o Estudo de Integração do Transporte Aéreo na América Latina, ao mesmo tempo que se realizará uma reunião do GTE em setembro no Rio de Janeiro, também com coordenação do Brasil.
- *Facilitação e Modernização de Passagens de Fronteira*: Coordenada pela Argentina e pelo Chile, será realizada uma reunião do GTE em outubro em Buenos Aires para elaborar linhas de trabalho a desenvolver no âmbito do Cosiplan, incluindo a temática de integração fronteiriça.
- *Integração Comercial por Envios Postais*: Trabalha-se em serviços de exportação e importação pela via postal e será realizada uma reunião do GTE em setembro em Montevideú.

Participação de Organizações Não Governamentais


Pela primeira vez, participaram representantes de Organizações Não Governamentais relacionadas com assuntos ambientais e sociais. Destacaram a importância de acompanhar os investimentos em infraestrutura com processos de participação ativa das organizações sociais e políticas envolvidas nos territórios, destacando a Metodologia Aase e os Programas Territoriais de Integração como dois instrumentos que contribuem com esse propósito.

Reunião do Comitê Coordenador do Cosiplan

No segundo encontro, foram analisados os temas de participação cidadã e divulgação das atividades do Cosiplan, com o objetivo de oferecer à cidadania informações claras dos projetos e dos princípios orientadores de sustentabilidade social e ambiental que inspiram o trabalho dos países sobre o desenvolvimento da infraestrutura. Por outro lado, comentaram-se os avanços nos trabalhos dos diversos Grupos de Trabalho (GT) do Cosiplan (Sistemas de Informação Geográfica e Site, Integração Ferroviária, Telecomunicações, e Financiamento e Garantias), e foram informados os resultados do Workshop de Planejamento Integral realizado em junho em Quito, Equador.

Atividades do Cosiplan no segundo semestre de 2014

Atividade	Instância	Mês	Local
Workshop sobre Transporte de Carga e Logística	IIRSA	Agosto	Lima
GT sobre Financiamento e Garantias	GT Cosiplan	Setembro	Rio de Janeiro
Workshop sobre Integração Aérea	IIRSA		
Reunião Subgrupo Corredor Bioceânico Ferroviário	GT Cosiplan		
GTE sobre Integração Comercial por Envios Postais	IIRSA	Setembro	Montevideú
GT sobre SIG e Site do Cosiplan	GT Cosiplan	Outubro	Buenos Aires
GTE de Integração e Facilitação Fronteiriça	IIRSA		
GTE sobre Prevenção e Gestão de Riscos e Catástrofes na Infraestrutura	IIRSA		
Workshop sobre Planejamento Integral	Cosiplan	Novembro	Caracas
25ª Reunião de Coordenadores Nacionais	IIRSA	Dezembro	Montevideú
10ª Reunião do Comitê Coordenador do Cosiplan	Cosiplan		
5ª Reunião Ordinária de Ministros do Cosiplan	Cosiplan		



Destaca-se que o BID-Intal, como Secretaria do Comitê de Coordenação Técnica (CCT) da IIRSA, informará sobre os resultados de cada um destes eventos na *Carta Mensal INTAL*.

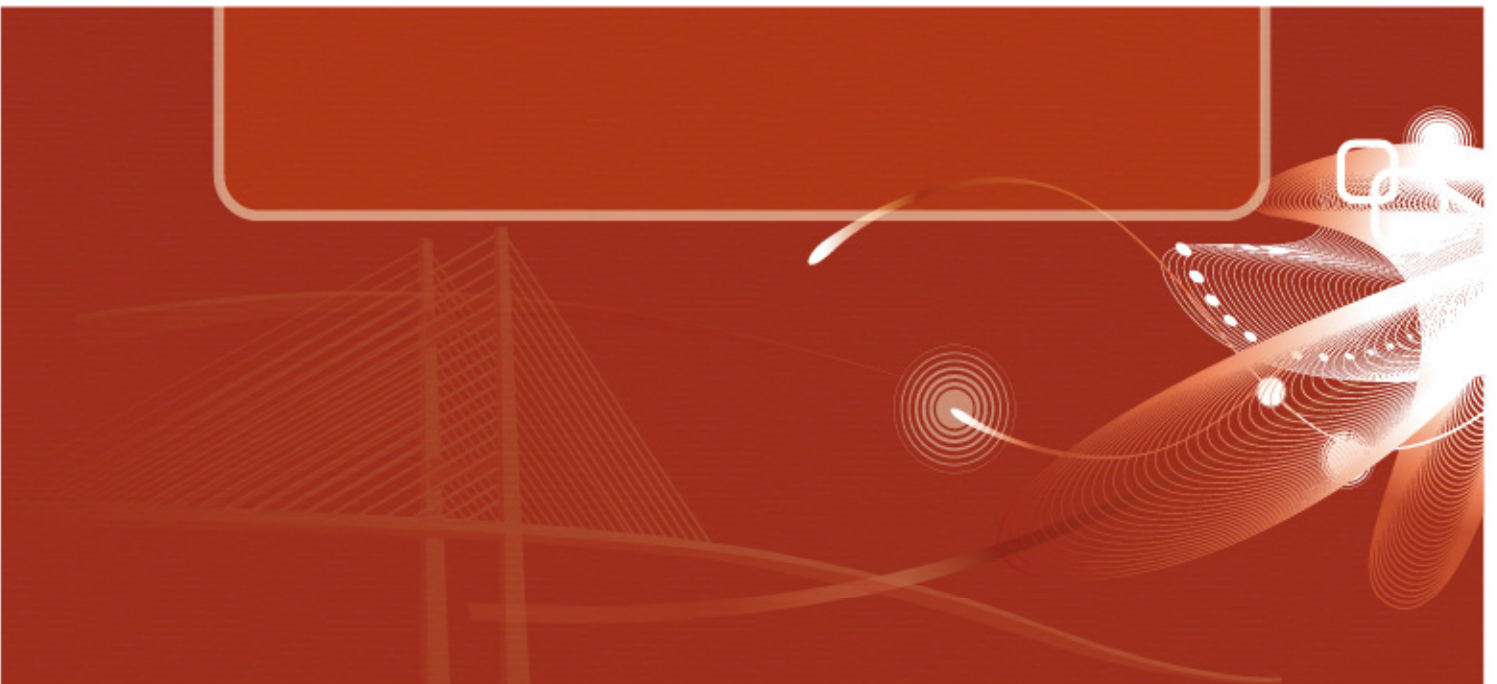
[1] Participaram da reunião delegações da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai, e representantes da Secretaria Geral da Unasul e do Comitê de Coordenação Técnica da IIRSA.

[2] Os avanços em cada uma das áreas de trabalho do Cosiplan-IIRSA estão reunidos no Anexo 3 do Relatório da Reunião “[Presentación sobre Avances del Plan de Trabajo 2014](#)”.





Panorama Regional e Global





Quinta rodada de negociações do Acordo de Associação Econômica Integral Regional (RCEP)

De 21 a 27 de junho foi realizada em Cingapura a quinta rodada de negociações do Acordo de Associação Econômica Integral Regional (RCEP), que tem por objetivo integrar os tratados de livre comércio (TLC) existentes entre os países-membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean),[1] China, Japão, República da Coreia, Austrália, Índia e Nova Zelândia.

No encontro mantiveram reuniões os grupos negociadores de comércio de bens e serviços, investimentos, cooperação técnica e econômica, propriedade intelectual, concorrência e de assuntos jurídicos e institucionais.

A próxima rodada será realizada em dezembro, mas durante agosto acontecerá um encontro em nível ministerial.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. [“Cenários de integração no Pacífico”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 200*, abril de 2013.
- BID-INTAL. [“Cenários de negociação nas principais economias”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 201*, maio de 2013.
- BID-INTAL. [“Como as negociações de mega-acordos influirão na América Latina?”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 204*, agosto de 2013.
- BID-INTAL. [“Terceira rodada de negociação do Acordo-Quadro para a Cooperação Econômica Regional Integral”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 210*, fevereiro de 2014.
- BID-INTAL. [“Mega-acordos: novas rodadas de negociações”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 212*, abril de 2014.

[1] Brunei Darussalam, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Cingapura, Tailândia e Vietnã.

Começam negociações sobre bens ambientais

No dia 8 de julho passado, um grupo de países-membros da OMC anunciou, por meio de um [Comunicado Conjunto](#), o início das negociações para um acordo sobre bens ambientais. Os representantes da Austrália, Canadá, China, Cingapura, Coreia, Costa Rica, Estados Unidos, Hong Kong, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suíça, Taiwan e União Europeia reunidos em Genebra, Suíça, comprometeram-se a trabalhar em conjunto para liberalizar o comércio desses bens que contribuam para a proteção do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável. Esses países, que representam cerca de 86% dos bens ambientais comercializados, buscarão eliminar tarifas à importação, partindo inicialmente da [lista de 54 bens ambientais](#) acordados pelo Fórum de Cooperação Ásia-Pacífico (Apec, sigla em inglês) em 2012.

Entre os principais temas a discutir nos próximos meses estão a definição do que constitui um bem ambiental, a forma como aplicar a liberalização e a avaliação de qual será o impacto do acordo sobre os países em desenvolvimento.

Acordo Transatlântico: 6ª rodada de negociação

Em meados de julho foi realizada em Bruxelas, Bélgica, a [6ª rodada de negociações](#) do Acordo de Associação Transatlântica sobre Comércio e Investimentos (TTIP, sigla em inglês). Entre os assuntos abordados nesta rodada destacam-se as discussões sobre acesso a mercados de serviços, compras governamentais, medidas sanitárias e fitossanitárias, outros temas regulatórios (especificamente relativos aos setores farmacêutico, automotivo, químico e de engenharia), desenvolvimento sustentável, questões ambientais e trabalhistas, energia, pequenas e médias empresas, solução de controvérsias entre estados, facilitação do comércio, etc.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. [“Como as negociações de mega-acordos influirão na América Latina?”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 203*, agosto de 2013.
- BID-INTAL. [“Segunda rodada do Acordo Transatlântico sobre Comércio e Investimento”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 208*, dezembro de 2013.
- BID-INTAL. [“As negociações transatlânticas e o cenário futuro para a América Latina e o Caribe”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 209*, janeiro de 2014.
- BID-INTAL. [“Estados Unidos-União Europeia: quarta rodada de negociações”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 211*, março de 2014.
- BID-INTAL. [“Quinta rodada de negociações Estados Unidos-União Europeia”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 214*, junho de 2014.

Brics fazem a 6ª Cúpula

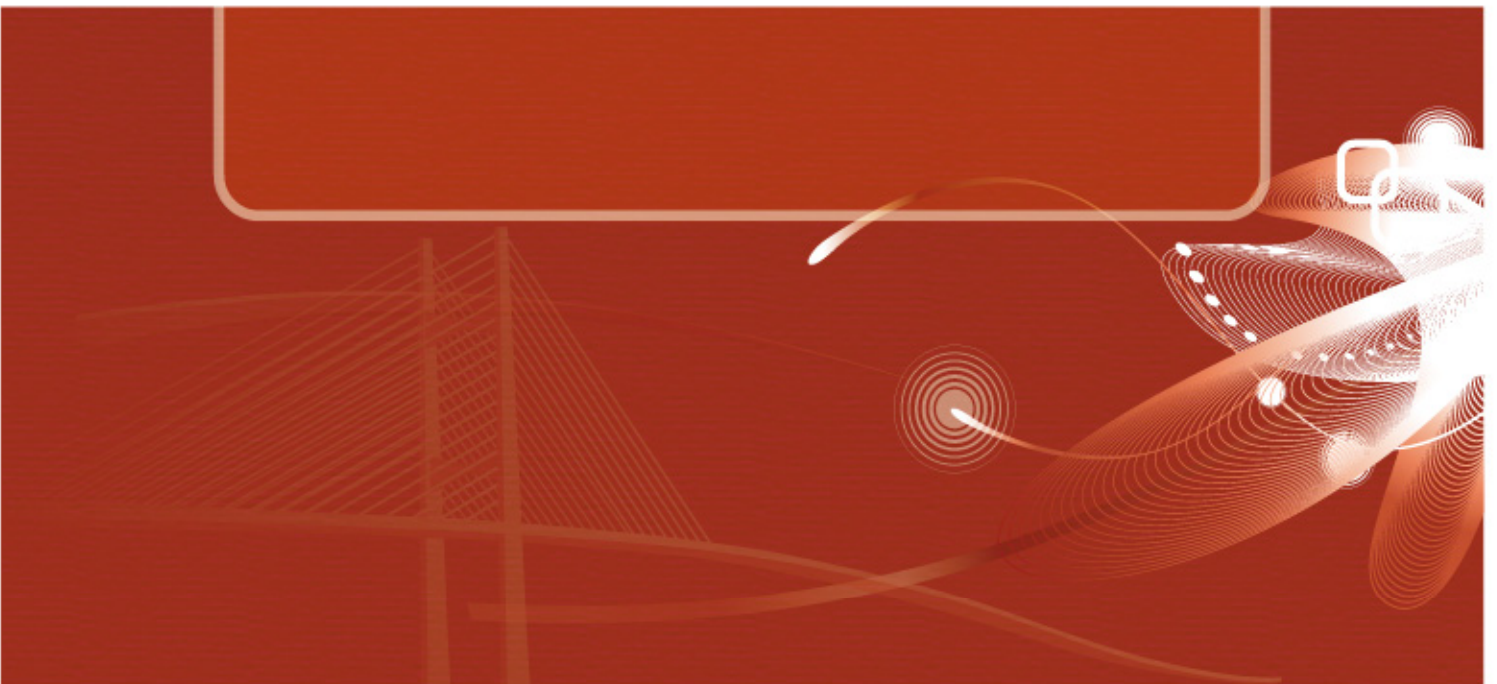
De 14 a 16 de julho foi realizada em Brasília e Fortaleza a [6ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Brics](#). Este é o primeiro encontro do segundo ciclo, depois que todos os membros do grupo - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – receberam uma reunião deste tipo. Entre os principais [pontos acordados](#) na Cúpula cabe destacar:

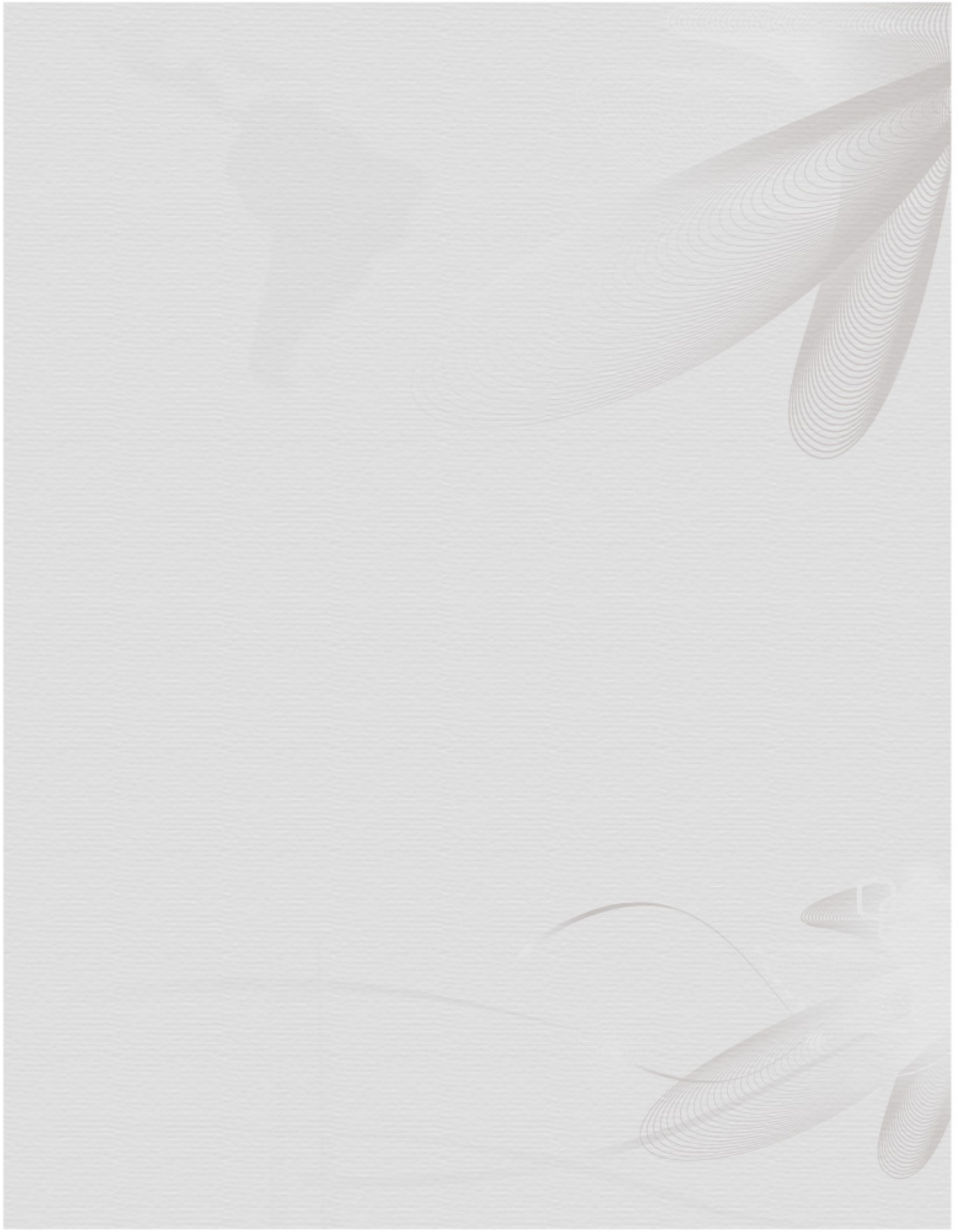
- A aprovação da [Declaração e o Plano de Ação de Fortaleza](#).
- A assinatura do acordo para a criação do **Novo Banco de Desenvolvimento** (NBD), destinado a financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos Brics e outros países em desenvolvimento. O NBD terá sua sede em Xangai, China, e contará com um capital inicial subscrito de US\$ 50 bilhões – aportados em partes iguais pelos cinco países -, embora o capital inicial autorizado duplique esse montante.
- O tratado para estabelecer um **Acordo Contingente de Reservas** (CRA, sigla em inglês), que contará com recursos iniciais de US\$ 100 bilhões. O CRA terá um objetivo precautório e buscará atender pressões de liquidez de curto prazo, promover a cooperação entre os Brics e complementar os acordos existentes.
- Um **acordo entre os bancos de desenvolvimento e as agências de financiamento de exportações** dos Brics para melhorar as oportunidades comerciais entre esses países.

Além disso, os líderes dos Brics destacaram a importância de promover a implementação do Pacote de Bali acordado na última Cúpula Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), a necessidade de implementar a reforma da governança do Fundo Monetário Internacional (FMI) acordada em 2010, a vontade de estimular a cooperação entre as empresas estatais e de fomentar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, entre outros aspectos relevantes. Além disso, foi realizada uma jornada de trabalho entre os líderes dos Brics e os Chefes de Estado e de Governo da América do Sul, no âmbito das iniciativas de cooperação com outros países em desenvolvimento.



Setor de Integração e Comércio





Observatório Instrumentos Jurídicos de Integração (IJI)

Tendência do mês

Países avaliam acordos comerciais para otimizar seu aproveitamento

Em junho de 2014, a tendência mais significativa no plano das negociações e dos acordos comerciais da região é a ênfase de vários governos em avaliar o aproveitamento e fortalecer os acordos vigentes.

O Chile, México e Colômbia protagonizaram essa linha de ação com agendas concentradas na análise do desempenho de seus acordos e medidas para intensificar o comércio.

Chile

- A [5ª Reunião da Comissão de Livre Comércio \(CLC\) do Tratado de Livre Comércio \(TLC\) entre o Chile e a China](#) avaliou o acordo assinado há oito anos buscando soluções para eventuais contingências comerciais, entre outros temas.
- Um estudo da Direção Geral de Relações Econômicas Internacionais (Direcon) sobre as [exportações para a UE](#) mostra um aumento das vendas externas de 8% anual, em média, nos últimos 11 anos.
- A [CLC do TLC entre o Chile e os Estados Unidos](#) fez uma revisão completa dos temas nos Comitês de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, de Obstáculos Técnicos ao Comércio e do Grupo de Trabalho sobre Pequenas e Médias Empresas.

México

- Procura-se intensificar o comércio de agroalimentos no âmbito do [TLC México-América Central](#) e o [Tratado de Livre Comércio da América do Norte](#) (TLCAN).
- O México também tenta ampliar acordos em matéria de sanidade, alfândegas e transporte desse tipo de produtos.

Colômbia

- Para otimizar o aproveitamento do Acordo com o Canadá, são implementadas consultas públicas sobre [mecanismos de acumulação cruzada e fornecimento escasso](#).

Panorama 360º

Em junho foram conseguidos avanços em seis negociações comerciais (três avançadas e três concluídas); também houve atividade relevante em acordos estabelecidos.

Negociações avançadas

- 3ª Rodada de Negociações para um Acordo Multipartes entre o [Equador e a UE](#) de 9 a 13 de junho de 2014 em Bruxelas, Bélgica.
- 7ª Rodada de Negociações para a assinatura de um acordo comercial entre a [Comunidade do Caribe \(Caricom\) e o Canadá](#) de 16 a 21 de junho de 2014 em Bridgetown, Barbados.
- [9ª Cúpula Presidencial da Aliança do Pacífico](#) em 20 de junho de 2014 em Punta Mita, México.

Negociações concluídas

- O [Canadá aprovou o TLC com Honduras](#), que entrará em vigor em 1º de outubro próximo.
- [1ª Reunião do Conselho do Acordo de Associação entre a América Central e a União Europeia \(UE\)](#), o máximo órgão institucional do acordo, em 27 de junho em San Pedro Sula, Honduras.
- No Panamá o [TLC](#) com o México passou o primeiro debate.

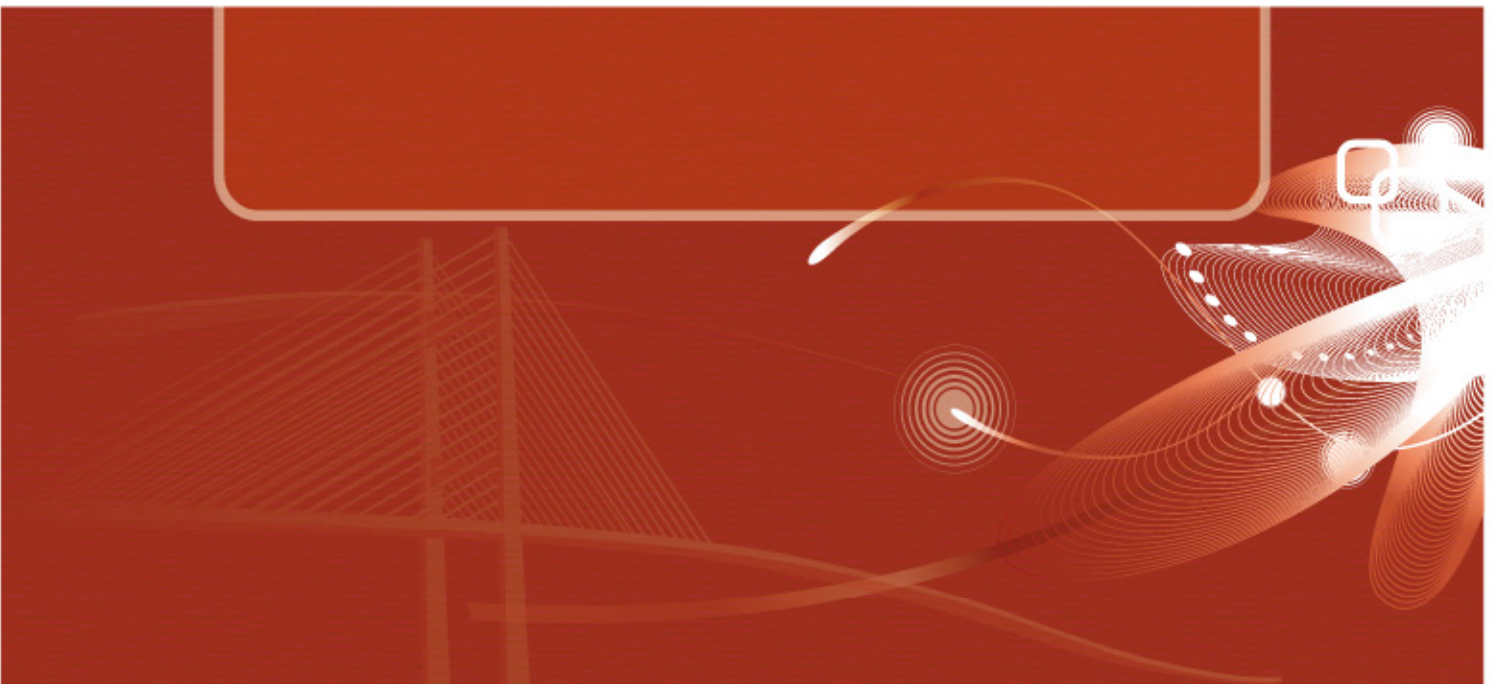
Acordos comerciais

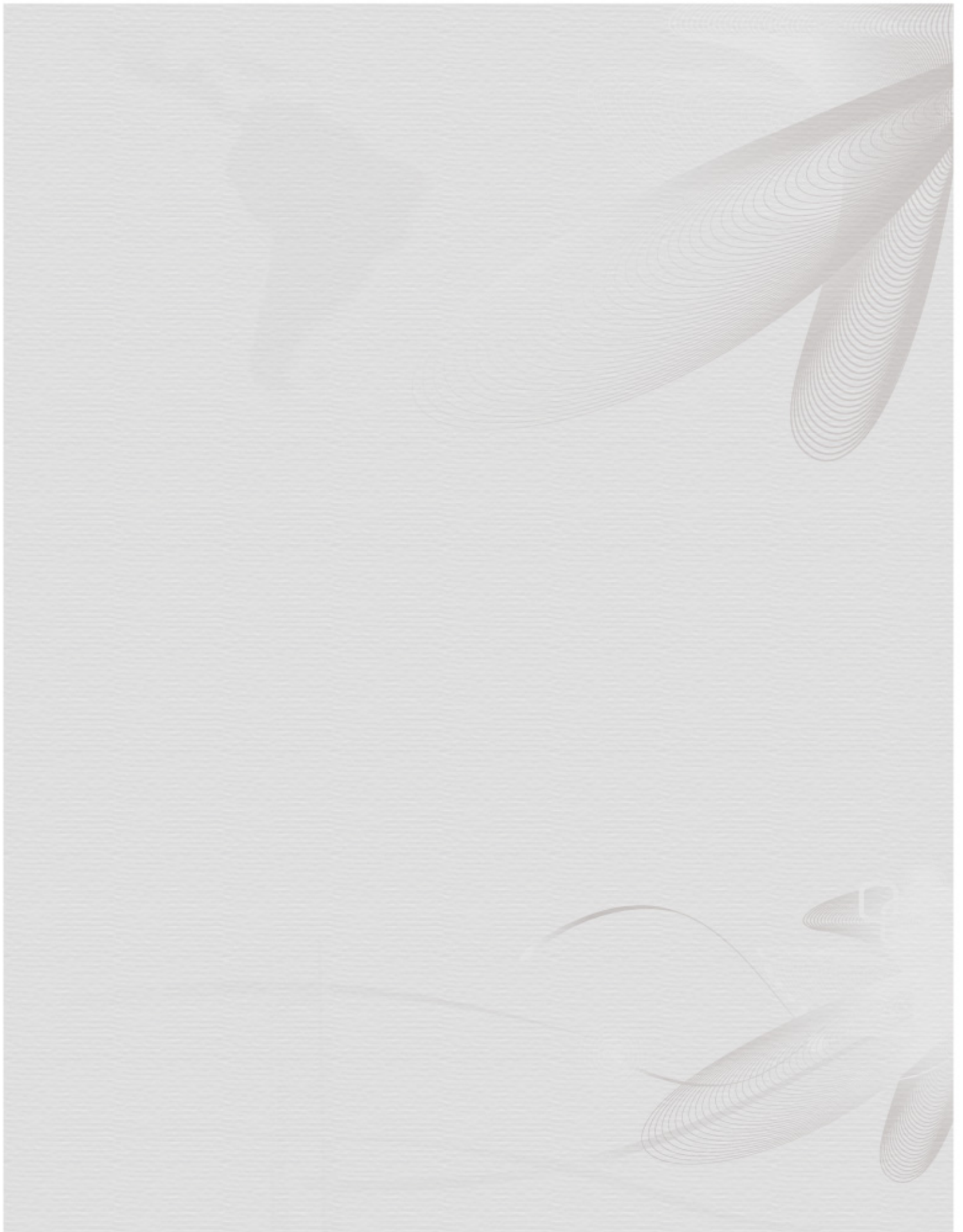
- A [Argentina](#) e o [Uruguai](#) ratificaram a entrada da Bolívia como sexto membro do Mercado Comum do Sul (Mercosul); ainda estão pendentes as ratificações do Brasil e do Paraguai. Convocada a [próxima Cúpula de Chefes e Chefes de Estado](#) do Mercosul para 29 de julho, na cidade de Caracas, Venezuela, onde a Argentina assumirá a Presidência *Pro Tempore* (PPT);
- [8º Fórum Caribe-Reino Unido](#) em 16 e 17 de junho em Londres;
- [43ª Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Sistema da Integração Centro-Americana](#) (Sica), em 27 de junho em Punta Cana, República Dominicana.

O IJI é uma compilação de textos normativos, comentários e acompanhamento dos compromissos jurídicos básicos dos diversos processos de integração da América Latina e do Caribe. Para saber mais sobre os avanços e novidades de acordos e negociações comerciais visite o site do [IJI](#).



Outras Atividades do BID








Aumentan remesas a Centroamérica y el Caribe; caen a México y Sudamérica

Informe del FOMIN sobre remesas en 2013 describe las tendencias del año, y la importancia de los flujos para la Región. ([Link](#))



Foro de alto nivel sobre Fondos de Inversión Climática comienza hoy

Más de 500 personas, incluyendo innovadores climáticos, políticos, empresarios, investigadores y representantes del mundo de las finanzas y la sociedad civil se reúnen a partir de hoy y hasta el 24 de junio en el marco del [Climate Investment Funds Partnership Forum 2014](#) (Foro de los Fondos de Inversión Climática 2014) que se celebra en el Centro de Convenciones de Montego Bay, Jamaica. Este evento, que celebra su quinta edición, está co-organizado por la Unidad Administrativa de los CIF y el [Banco Interamericano de Desarrollo](#) y cuenta con el auspicio del [Gobierno de Jamaica](#). ([Link](#))



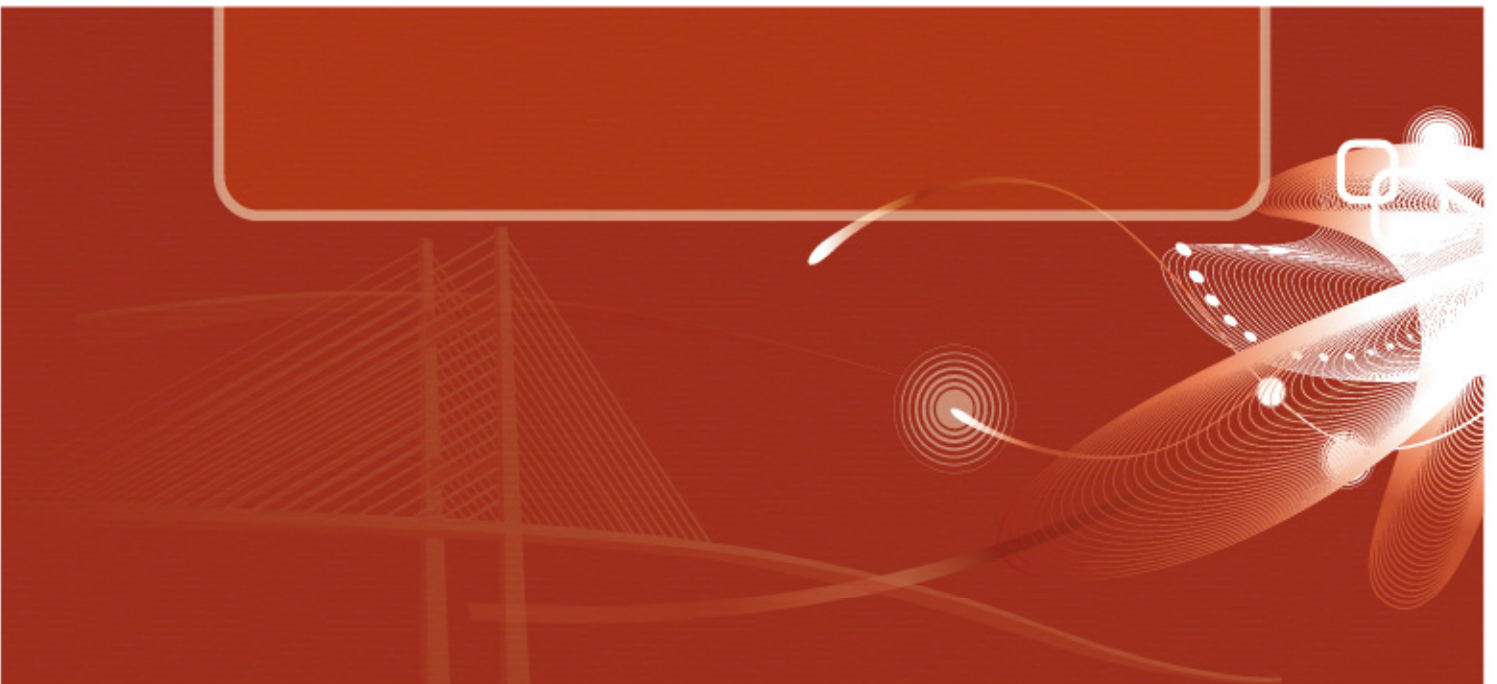
BID e Universidade EARTH lançam convocatória para jovens inovadores com ideias de projetos em mudança climática

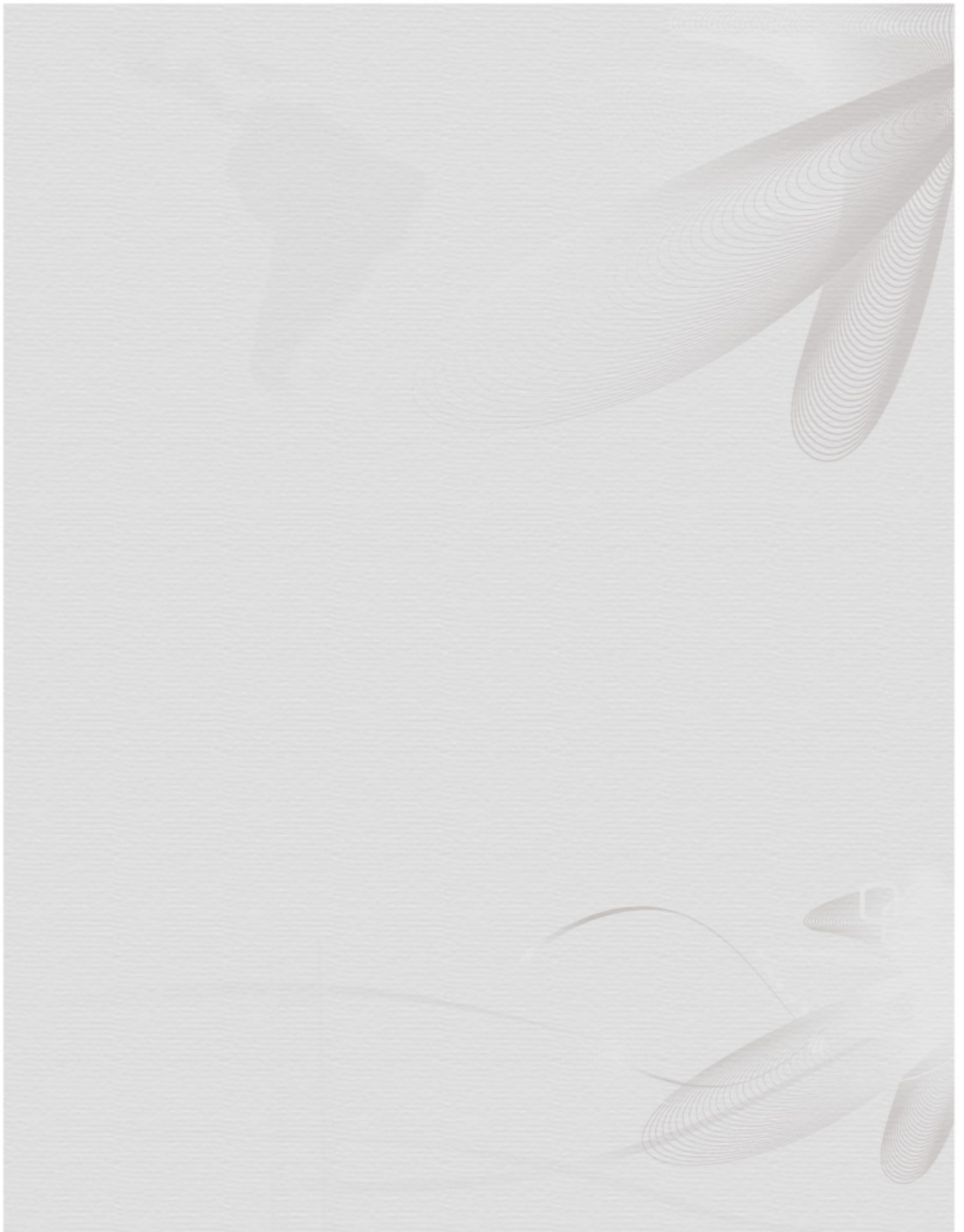
O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Universidade EARTH da Costa Rica convidam jovens inovadores a participarem do concurso que selecionará 30 projetos para combater a mudança climática na América Latina e no Caribe. As 30 iniciativas selecionadas receberão capital semente de até US\$ 15 mil por projeto. ([Link](#))





Centro de Documentação INTAL








Resenhas Bibliográficas

CADOT, O.; MELO, J. de. (2014). Aid for Trade: What Have We Learnt? Which Way Ahead? London: CEPR, June 2014. 141 p.

Este livro se concentra nas avaliações da efetividade das intervenções vinculadas ao comércio internacional, com foco na iniciativa Ajuda para o Comércio lançada em 2005 e no Acordo de Facilitação do Comércio alcançado em Bali, Indonésia, em dezembro de 2013 no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ambos preveem assistência técnica e financeira para que os países em desenvolvimento possam reduzir os custos do comércio e melhorar sua competitividade.

No capítulo 1 Olivier Cadot e Jaime de Melo fazem um balanço e traçam perspectivas da iniciativa Ajuda para o Comércio. No capítulo 2 os mesmos autores discutem as ferramentas para a avaliação de impacto (AI) de programas vinculados com o comércio internacional, a partir de uma revisão bibliográfica da literatura existente. Os estudos resenhados enfocam tanto intervenções *hard* – destinadas a melhorar a infraestrutura física que impacta os custos de transporte (portos, estradas) – como *soft*, que implicam mudanças nos dispositivos institucionais e regulatórios (administração de alfândegas, regulamentação do transporte internacional). O trabalho também examina a literatura relacionada aos resultados das ações das agências de promoção de exportações.



Os autores mostram que a avaliação evoluiu da prestação de contas e do monitoramento até a identificação da relação causal entre os programas e os resultados. É precisamente o foco nesta relação causal (“atribuição”) que distingue a avaliação de impacto das outras formas de avaliação. Enfatizam a importância de incorporar ao projeto dos programas os elementos necessários para fazer avaliação de impacto desde o início (uma linha de base a partir da qual se meçam as mudanças, unidades de análise suficientes expostas e não expostas ao programa), de modo a poder discernir se os resultados alcançados podem ser atribuídos às intervenções.

Os autores destacam, entretanto, que os esforços para implementar as avaliações de impacto enfrentam dois tipos de obstáculos principais: de incentivos e de recursos. Por um lado, existe um problema de incentivos, especialmente frente a resultados negativos dos programas. Por isso, sustentam que as avaliações de impacto não deveriam ser usadas para avaliar os responsáveis pelos projetos, mas sim para gerar conhecimento. Neste sentido, argumentam que a decisão de implementar e financiar estudos de avaliação de impacto (AI) não deveria estar a cargo dos responsáveis pelos projetos, e sim estar presente desde o início no desenho dos programas. Por outro lado, as avaliações de impacto costumam ser onerosas e, no caso das intervenções vinculadas com o comércio internacional, a avaliação de impacto pode representar uma proporção maior do total do projeto do que em outros tipos de programa (saúde, pobreza), que contam com orçamentos maiores.

No capítulo 3, Richard Newfarmer faz uma revisão de estudos de caso de programas implementados no âmbito da iniciativa de Ajuda para o Comércio. O autor sugere que os governos e os financiadores devem trabalhar conjuntamente no acompanhamento dos projetos para gerar maior apropriação, envolvimento e alinhamento com as prioridades nacionais. Além disso, ressalta a necessidade de sistemas de avaliação e monitoramento e de uma gestão baseada em resultados.

No capítulo 4, Paul Brenton e Ian Gillson fazem uma revisão crítica das conquistas e dos desafios dos *Diagnostic Trade Integration Studies* (DTIS) realizados no âmbito do *Enhanced Integrated Framework for Trade-Related Technical Assistance to Least Developed Countries* (EIF).

Em síntese, o livro sugere várias linhas de ação para melhorar os resultados da iniciativa de Ajuda ao Comércio. Em especial, no mesmo sentido do Acordo de Facilitação do Comércio, o trabalho sugere a necessidade de contar com avaliações melhores. O valor da publicação reside em destacar a importância de impulsionar e generalizar os estudos de avaliação de impacto em intervenções vinculadas com o comércio internacional com o objetivo de dispor de evidências sobre seu impacto nos custos do comércio e na competitividade dos países.

CADOT, O.; MELO, J. de. Aid for Trade: What Have We Learnt? Which Way Ahead? London: CEPR, 2014. [Link](#).

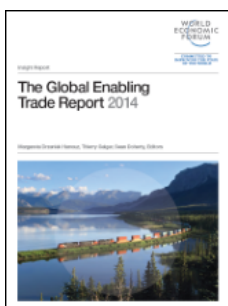


Alerta Bibliográfico

Esta alerta difunde informação sobre os documentos registrados na base de dados do Centro de Documentação do INTAL (CDI), destacando algumas publicações, e proporcionando links a boletins e revistas de acesso aberto que constam no período citado. Clique [aqui](#).

Bibliografias em destaque do mês

*Drzeniek Hanouz, M., ed.; Geiger, T., ed. y Doherty, S., ed. (2014). The Global Enabling Trade Report 2014. Geneve: WEF.



Autor:Drzeniek Hanouz, Margareta, ed.; Geiger, Thierry, ed.; Doherty, Sean, ed.

Título:The Global Enabling Trade Report 2014

Edición:Geneve: WEF, march 2014 [353 p.]

Serie:The Global Enabling Trade Report

Temas:<COMERCIO INTERNACIONAL><POLITICA COMERCIAL><FACILITACION DEL COMERCIO><BARRERAS COMERCIALES><ACUERDOS REGIONALES DE COMERCIO>

Resumen:"The Global Enabling Trade Report 2014" is launched at a time of restored hope for global trade. After several difficult years trying to advance the Doha Round, the Bali package, which was agreed to just a few months ago, and which has the Trade Facilitation Agreement at its centre, has the potential to enable progress on many of the practical obstacles faced by businesses. This is good news as the alternative to progress via a global trade regime is a proliferation of regional or inter-regional trade agreements, which could lead to compartmentalization of norms and rules in the international trade system. However, real-world impact will come only with implementation of the negotiated measures. The 2014 Enabling Trade Index presented in this Report therefore sets a benchmark to assess trade facilitation reforms agreed to in Bali. We hope to see significant advances by the time we launch the 2016 edition of this Report. The World Economic Forum will continue to support public-private co-operation and dialogue towards this goal, focusing on practical steps to overcome trade barriers of many forms ...

Nota de contenido:

Preface / Eide, Espen Barth [p. vii]

Chapter 1: The Enabling Trade Index 2014 / Di Battista, Attilio; Doherty, Sean; Drzeniek Hanouz, Margareta; Geiger, Thierry [p. 1]

Chapter 2: Latin America and the Caribbean in South-South Trade: Trade Performance and Main Obstacles to Developing Trade / Drzeniek Hanouz, Margareta; Estevadeordal, Antoni; Giordano, Paolo; Mesquita Moreira, Mauricio [p. 27]

How to Read the Country/Economy Profiles [p. 45]

Index of Countries/Economies [p. 49]

Country/Economy Profiles [p. 50]

Accesos al documento:HM WEF-ENA.TRADE [2014]

Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

*World Investment Report 2014 : Investing in the SDGs: An Action Plan. (2014). New York: UNCTAD.



Título:World Investment Report 2014 : Investing in the SDGs: An Action Plan

Otros responsables:Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo, UNCTAD

Edición:New York: UNCTAD, 2014 [265 p.]

ISBN:978-92-1-056696-4

Serie:World Investment Report

Temas:<INVERSIONES><INVERSION EXTRANJERA DIRECTA, IED><DESARROLLO SOSTENIBLE><EMPRESAS><EMPRESAS TRANSNACIONALES><POLITICA DE INVERSIONES>

Resumen:This edition of the "World Investment Report" provides valuable analysis that can inform global discussions on how to accelerate progress toward the Millennium Development Goals and shape a long-range vision for a more sustainable future beyond 2015. The Report reveals an encouraging trend: after a decline in 2012, global foreign direct investment flows rose by 9 per cent in 2013, with growth expected to continue in the years to come. This demonstrates the great potential of international investment, along with other financial resources, to help reach the goals of a post-2015 agenda for sustainable development. Transnational corporations can support this effort by creating decent jobs, generating exports, promoting rights, respecting the environment, encouraging local content, paying fair taxes and transferring capital, technology and business contacts to spur development. This year's "World Investment Report" offers a global action plan for galvanizing the role of businesses in achieving future sustainable development goals, and enhancing the private sector's positive economic, social and environmental impacts. The Report identifies the financing gap, especially in vulnerable economies, assesses the primary sources of funds for bridging the gap, and proposes policy options for the future.

Nota de contenido:

Chapter I: Global Investment Trends [p. 1]

Chapter II: Regional Trends in FDI [p. 35]

Chapter III: Recent Policy Developments and Key Issues [p. 105]

Chapter IV: Investing in the SDGs: An action plan for promoting private sector contributions [p. 135]



Accesos al documento:
HM UNCTAD-WORLD.INVEST.REP. [2014]
Documento Electrónico
[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

*Organización Mundial del Comercio, OMC. (2014). Annual Report 2014. Ginebra: OMC.



Autor inst.:Organización Mundial del Comercio, OMC

Título:Annual Report 2014

Edición:Ginebra: OMC, 2014 [152 p.]

ISBN:978-92-870-3909-5

Serie:Informe Anual

Temas:<ORGANIZACION MUNDIAL DEL COMERCIO, OMC><POLITICA COMERCIAL INTERNACIONAL><NEGOCIACIONES COMERCIALES><SOLUCION DE CONTROVERSIAS>

Nota de contenido:

1: Introduction [p. 2]

2: A year in review [p. 6]

3: About the WTO [p. 12]

4: Membership [p. 18]

5: Trade negotiations [p. 24]

6: Implementation and monitoring [p. 40]

7: Dispute settlement [p. 80]

8: Building trade capacity [p. 96]

9: Outreach [p. 114]

10: Secretariat and budget [p. 134]

Accesos al documento:

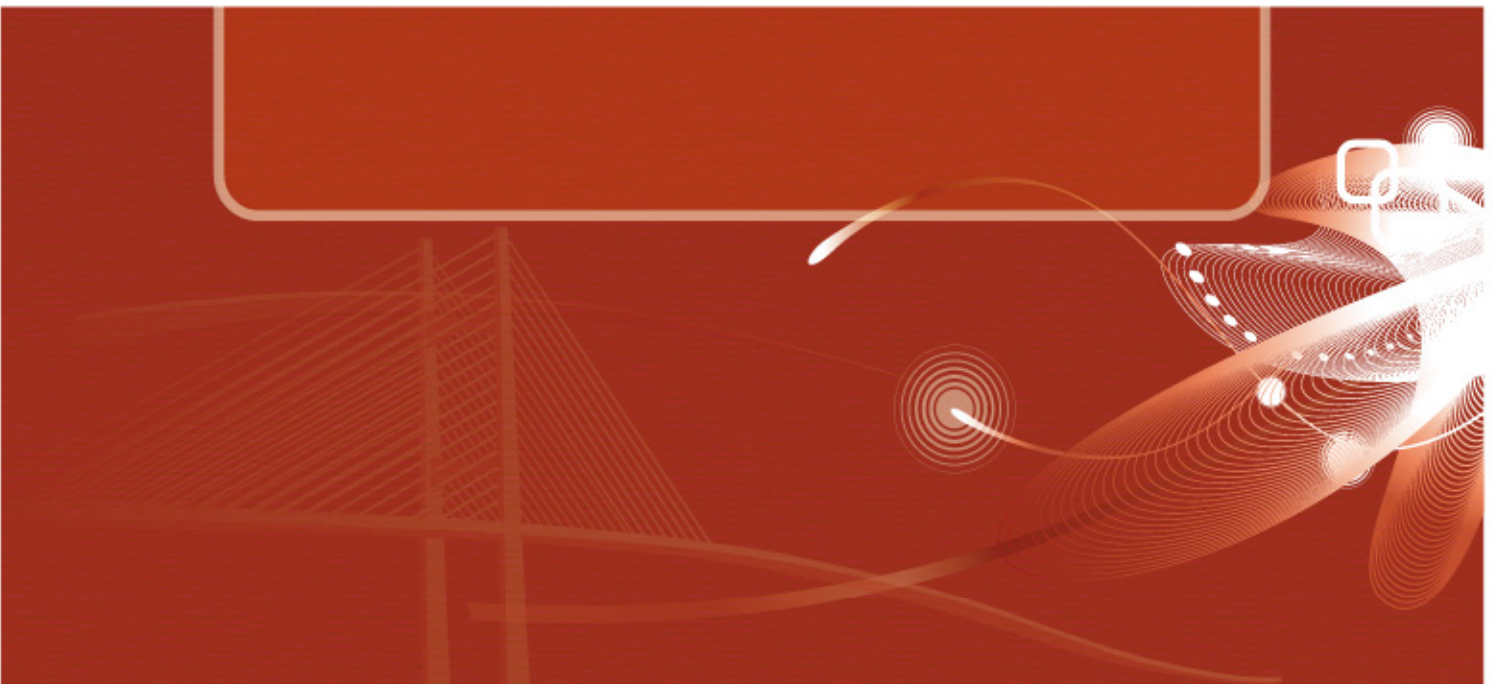
HM OMC-INFO.ANUAL [2014]

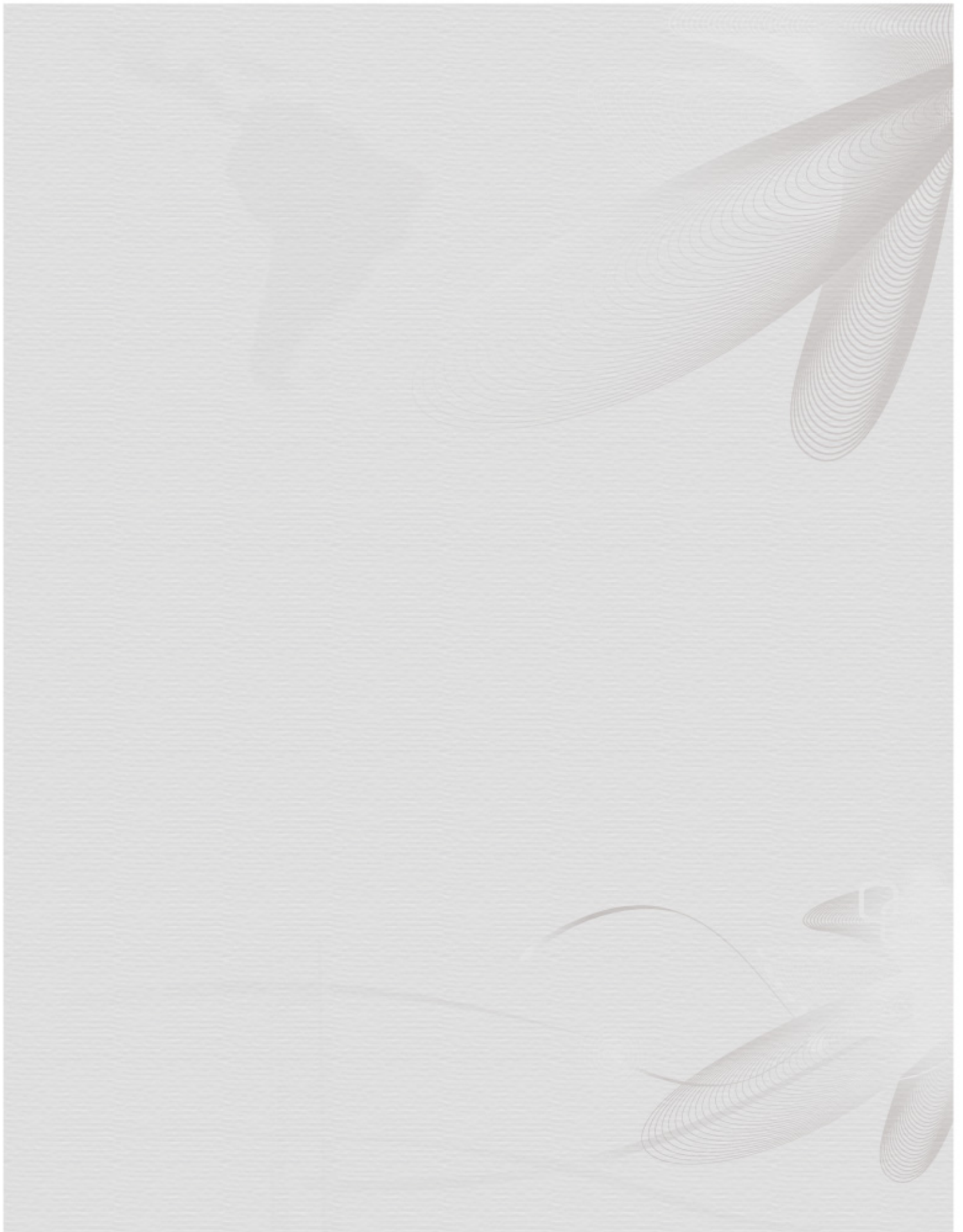
Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)



Redação





Esta Carta Mensal é publicada no formato pdf para ser consultada de maneira gratuita na página do BID-INTAL na internet.

Conselho Diretor:

Antoni Esteve de Oda
Gustavo Beliz

Coordenação:

Alejandro Ramos Martínez

Assessoria técnica:

Rosario Campos (Aliança do Pacífico, UNASUL, Resenhas Bibliográficas)
Romina Gayá (MERCOSUL)
Gala Gómez Minujín (Caribe, CAN)
Andrea Kobylnik (Notícias de Integração e Comércio)
Kathia Michalczewsky (América Central)

Assistência compilação material:

Andrea Benítez
Eugenia Piasentini


Edição:

Susana Filippa
Julieta Tarquini

Edição Web:

Federico Mazzella
Pedro Grondona

R.P.I.: 5170739
ISSN: 1027-1899



Esta é uma publicação mensal propriedade do Instituto para Integração da América Latina e do Caribe, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID-INTAL). Todos os direitos reservados.

Fontes de informação: Comunicados para a Imprensa e Boletins de: AEC; ALADI; BID; CARICOM; Comunidade Andina; Euro-Lat; Grupo do Rio; MERCOSUL; PARLATINO; SELA; SG-SICA; SIECA. Organismos oficiais e internacionais. Arquivos de Imprensa do INTAL.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de seu Conselho de Administração, ou dos países que eles representam.

O uso não autorizado para fins comerciais de documentos do Banco é proibido, e pode ser punido no âmbito das políticas do Banco e/ou das leis aplicáveis.

Copyright © [1996] Banco Interamericano de Desenvolvimento. Todos os direitos reservados; este documento pode ser livremente reproduzido para fins não comerciais.

BID-INTAL | Esmeralda 130, andáres 11 e 16 | (C1035ABD) Buenos Aires, Argentina

Links a fontes originais de informação utilizadas neste número:

- Declaración de Punta Cana. (2014). XLIII Reunión Ordinaria de Jefes de Estado y de Gobierno de los países miembros del Sistema de la Integración Centroamericana (27 de junio de 2014 : Punta Cana). Punta Cana: SICA. [Link](#).



INTAL

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe



BID

Banco Interamericano de Desenvolvimento